

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia  
relacionadas com a agricultura  
Período de Análise: 01 a 28 de Fevereiro de 2009  
Área Temática: Relações Internacionais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

## Índice

<b>Davos joga esperanças para o G20</b> – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/02/2009 .....	3
<b>Davos, mantenha o capitalismo</b> – Hugo Dixon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/02/2009 .....	4
<b>OMC receia que o livre comércio vá para a privada</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/02/2009 .....	6
<b>Brasil fará alerta na OMC para escalada de medidas protecionistas</b> – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/02/2009 .....	15
Integração entre os povos é uma das respostas para a crise – Sitio eletrônico do MST – 09/02/2009 .....	23
<b>Brasil critica onda protecionista na OMC</b> – Eliane Cantanhede – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2009 .....	24
<b>Entidade afirma que é preciso "vigiar" barreiras comerciais</b> – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2009 .....	25
<b>Socorro à francesa</b> - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 10/02/2009 .....	30
<b>Brasil analisa medidas e pode ir à OMC</b> – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 10/02/2009 .....	31
<b>Mais US\$ 2 tri para bancos nos EUA</b> - José Meirelles Passos – O Globo – Economia – 11/02/2009 .....	33

### Segunda quinzena

<b>Democracia de votação deve ajudar em adesão a Mercosul, diz Amorim</b> – Folha de São Paulo – Mundo – 17/02/2009 .....	35
<b>O Brasil deve ajudar o Paraguai?</b> – Heller Redo Barroso e Carlos Hugo Galli Hartveld – O Globo – Opinião – 17/02/2009 .....	35
<b>Empresários temem novas barreiras</b> – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 17/02/2009 .....	37
<b>Obama defende o fim de subsídios agrícolas</b> – O Globo – Economia – 26/02/2009 .....	38
<b>Obama pede fim dos subsídios agrícolas</b> – Gazeta Mercantil – 26/02/2009 .....	39
<b>Exportações brasileiras ganham com a medida</b> – O Globo – Economia – 26/02/2009 ..	40
<b>Comércio bilateral tem forte queda</b> – Valor econômico – Brasil - 26/02/2009 .....	40
<b>Firme apelo contra o protecionismo</b> – Jornal do Brasil – editorial - 26/02/2009 .....	41
<b>Brasil mantém retaliação</b> - Jamil Chade e Andrea Vialli, Genebra – Estado de São Paulo – 26/02/2009 .....	42
<b>Orçamento inclui corte de subsídio agrícola</b> - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – 26/02/2009 .....	43
<b>Amorim pede a Hillary menos protecionismo</b> – Valor Econômico – Brasil - 26/02/2009 .....	44

**Davos joga esperanças para o G20** – Clovis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/02/2009

O fórum de Davos começou sob o ambicioso título geral de "Moldando o mundo pós-crise". Termina hoje com a melancólica constatação de Martin Wolf, principal colunista do "Financial Times", o jornal que todo mundo lê em Davos e também nos gabinetes oficiais do planeta, especialmente os europeus: "Todos sabemos que nada sabemos", disparou Wolf em meio a uma sessão dedicada ao "Panorama Econômico Global".

Poderia ser apenas mais uma tirada do humor geralmente cáustico que Wolf utiliza regularmente. Mas a frase surgiu depois que Peter Sands, executivo-chefe do grupo financeiro britânico Standard Chartered, afirmou: "Se me perguntarem onde estamos [na crise], eu responderei não sei".

Já era assim no primeiro dia, a quarta-feira, quando, em mesa com propósito idêntico, Trevor Manuel, o ministro sul-africano do Tesouro, afirmou que o grande desafio era saber o que de fato acontecera. Essa situação de navegação no escuro foi reafirmada ontem por outra ministra de Economia, a francesa Christine Lagarde, para quem o mundo "passou os últimos três meses navegando no escuro, sob a ameaça de colapso".

Três meses é uma referência a setembro, o mês em que quebrou o Lehman Brothers, o que pôs o colapso no horizonte. Christiane Amanpour, a repórter-estrela da CNN, trasladou a questão do "nada sabemos" ao primeiro-ministro britânico Gordon Brown, por ela entrevistado ontem no plenário do fórum de Davos. Brown não foi tão contundente quanto seu conterrâneo Sands, mas não deixou de dizer que se tratava da "primeira crise financeira global" e que, por isso, "não havia experiência anterior" que pudesse iluminar a escuridão vista por Lagarde.

A bem da verdade, não é que Davos -ou seja, a elite econômica, governamental e empresarial do planeta que se reúne todo janeiro nessa cidadezinha dos Alpes suíços- nada saiba. Sabe o que o mundo sabe. O seguinte:

1 - É uma crise bancária global, como repetiu ontem Gordon Brown. Ou, como prefere George Soros, o colapso do sistema financeiro. O que fazer? "A maior prioridade é restaurar a confiança no sistema, acima de tudo entre os próprios atores do sistema financeiro", responde Lagarde. "É difícil", retruca o banqueiro Sands, exatamente porque ele -como tantos outros- não sabe onde está. "Mas sei que não gosto de onde estou", completa.

2 - É preciso que a cúpula do G20 marcada para 2 de abril em Londres emita sinais claros, "sinais que têm que ser vendáveis à opinião pública, o que não é fácil quando os temas são CDS (o mecanismo financeiro chamado "credit default swap") ou Basileia 1, 2 ou 3 (as regras sobre bancos decididas nessa cidade, também suíça, onde fica o Banco de Compensações Internacionais, o banco central dos bancos centrais)", diz a ministra francesa. Quando se conversa sobre assuntos tão áridos, "três quartos da audiência desiste de prestar atenção", diz Lagarde.

A cúpula do G20, o grupo das 20 maiores economias do mundo, está se transformando numa espécie de porta da esperança para todos os que navegam no escuro, na expectativa de que ela será o facho de luz que tudo iluminará. Não será, assim, claro, mas Christine Lagarde torce, pelo menos, para que os líderes "voltem para casa com três ou quatro ações que possam dizer que vão implementar".

**Endosso de Roubini** - Montek Ahluwya, presidente da Comissão de Planejamento da Índia, brinca que não basta que o público compre as decisões a serem adotadas pelo G20 sobre a nova arquitetura financeira global. "É preciso que Nouriel Roubini as endosse", ironizou, referindo-se ao economista conhecido como Mr. Apocalipse que não só previu a crise antes que todos como passa o dia todo criticando todos os pacotes até agora lançados em todos os países do mundo.

"É uma corrida contra o tempo", adverte Lagarde, até porque ela coloca no horizonte imediato o risco de descontentamento social, que aliás começa a pipocar na Europa. Ou, posto de outra forma, uma questão que era financeira e virou econômica, pela contaminação do setor real da economia com o crédito estrangulado, começa a caminhar na direção da política.

Fica fácil, nesse ambiente escuro e crítico, entender que outros "Roubinis" estejam aparecendo, fora da área da adivinhação econômica. Caso, por exemplo, de Kishore Mahbubani, reitor da Escola Lee Kuan Yew de Política Pública (Cingapura), para quem está no horizonte "o fim da dominação ocidental do mundo". Esse tipo de afirmação grandiloquente é comum nos fóruns sociais como o de Belém. Que surja também em Davos é um claro sinal dos tempos.

**Davos, mantenha o capitalismo** – Hugo Dixon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/02/2009

O mundo está em meio a uma crise financeira. Mas ela não precisa se transformar em uma crise do capitalismo, na qual intervenções governamentais e protecionismo venham a sufocar o potencial criativo dos mercados livres. Os líderes políticos e empresariais reunidos no Fórum Econômico Mundial em Davos, Suíça, deveriam adotar como objetivo impedir que isso aconteça. De outra forma, o ressentimento cada vez maior entre os exércitos crescentes de desempregados e de outras vítimas da desaceleração na economia mundial poderia fazer com que muito de bom seja perdido em companhia daquilo que é ruim e com isso tornar o mundo ainda mais pobre.

Para começar a difundir essa mensagem, todo mundo deveria estar disposto a assumir a responsabilidade por seus erros. E o conselho não se aplica apenas aos banqueiros que foram corretamente criticados por seu comportamento irresponsável, mas igualmente aos políticos. Cabe-lhes parte da culpa pela enrascada em que a economia mundial se encontra agora. E eles precisam admitir o fato.

Os governos fizeram mais do que criar as estruturas regulatórias frouxas nas quais os banqueiros se inspiraram para seus exageros. Também foram responsáveis por políticas fiscais e monetárias frouxas que ajudaram a alimentar a bolha. E eles não conseguiram encontrar uma solução para os desequilíbrios no comércio internacional que, por muitos anos, permitiram que os Estados Unidos e outras economias ocidentais desenvolvidas financiassem surtos de consumismo acelerado obtendo pilhas de dinheiro barato emprestado por países asiáticos.

Reconhecer os passados erros deve ser o primeiro passo. Depois, a elite de Davos deve começar a procurar por soluções para o atual cenário. Há três respostas principais. A primeira envolve reformas profundas que tornem o sistema financeiro mais seguro. Mas os governos precisam resistir à tentação de atribuir toda a responsabilidade ao setor bancário, que se tornou um bode expiatório conveniente.

As autoridades também precisam colocar suas casas em ordem. Promessas confiáveis de que o equilíbrio orçamentário será promovido tão logo a crise seja superada, mesmo que os déficits cresçam muito em curto prazo, devem ter prioridade na agenda. Os bancos centrais também precisam assumir um compromisso mais forte de considerar o crescimento do crédito e dos preços dos ativos, em lugar de apenas os preços ao consumidor, quando determinam taxas de juros.

Se essas promessas forem sustentadas por detalhes suficientes quanto aos mecanismos práticos que envolverão, farão mais do que ajudar a prevenir futuras bolhas. Também oferecerão garantias de que os governos mesmos não estão se comportando de forma descontrolada ao tentar combater a crise por meio de medidas perigosas como imprimir dinheiro. Na verdade, os governos precisam criar alguma forma de plano responsável de médio prazo para garantir que os mercados financeiros não percam a confiança. Caso os investidores comecem a boicotar os títulos públicos quando os déficits fiscais estiverem em rápida alta, a crise atual poderia se agravar ainda mais. Os governos poderiam recorrer a moratórias, à inflação ou a consideráveis aumentos de impostos.

Os líderes políticos também precisam assumir o compromisso de promover um reequilíbrio firme da economia mundial, a fim de evitar excesso de poupança em uma parte do mundo e excesso de consumo em outra. É claro que essa dança requer dois participantes, e a China ainda não entrou na pista. E tampouco os Estados Unidos, aliás, parecem dispostos a abandonar sua dependência dos empréstimos externos.

A reunião de Davos, que trouxe o primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, e diversos líderes ocidentais, seria uma boa oportunidade para promover essa mensagem. Todo mundo deveria compreender que existem amplos benefícios no esforço de reequilibrar a economia mundial, além da redução do risco de futuras crises.

Isso significaria que Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e outros países teriam de viver de acordo com suas posses, e que os chineses poderiam deixar de lado a austeridade e se divertir um pouco mais.

Caso os líderes políticos consigam criar uma estrutura que promova estabilidade em médio prazo, estarão bem posicionados para defender o que o capitalismo tem de bom: a saber, o livre comércio e o livre mercado. A esta altura, ninguém deveria ser ingênuo a ponto de fingir que estes podem florescer na ausência de uma estrutura regulatória efetiva.

Mas um retorno à estatização, assistência governamental e protecionismo que caracterizaram, por exemplo, as ações dos Estados Unidos depois da Grande Depressão, seria calamitoso para todos.

A missão para os líderes que se reuniram em Davos deveria ser garantir que os elementos valiosos do livre comércio e do livre mercado sejam encorajados, enquanto se esforçam por conter os excessos financeiros. De outra forma, correrão o risco de jogar o bebê fora junto com a água do banho. \*HUGO DIXON é jornalista econômico e diretor do instituto Breakingviews.

**OMC receia que o livre comércio vá para a privada** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 01/02/2009

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio, Pascal Lamy, disse ontem que o "comércio já é uma vítima da recessão" provocada pela crise global e manifestou o temor de que seja ainda mais atingido porque tem gente achando que "o livre comércio deveria ser jogado na privada junto com o Consenso de Washington".

Como bom francês, Lamy usou toaleta em lugar de privada. Disse que jogar no lixo o livre comércio "seria um grande erro -não que o Consenso de Washington não tenha seus excessos, mas eles não estão na questão do comércio".

Consenso de Washington é a codificação de uma série de recomendações liberais em grande voga nos anos 90. Já haviam caído em certo desuso neste século, mas a crise acabou por torná-lo material arqueológico.

Que o livre comércio se tornou uma vítima da crise é uma constatação comum a Lamy e a ministros de vários países -entre eles o chanceler brasileiro Celso Amorim- que se reuniram ontem para a enésima tentativa de ressuscitar a Rodada Doha de liberalização comercial, lançada em 2001 e virtualmente estancada desde então.

Terminado o encontro, a anfitriã, Doris Leuthard, a ministra suíça de Economia, admitiu em comunicado no qual relata suas "conclusões pessoais": "Nós temos um problema de credibilidade porque continuamos discutindo os mesmos temas sem sermos capazes de concluir a Rodada Doha".

Pior: em vez de avançar na liberalização comercial, o que está havendo são ações protecionistas em diversos países. A Câmara dos Representantes americana, por exemplo, enfiou no pacote de estímulo à economia proposto pelo presidente Barack Obama uma cláusula que proíbe comprar aço e ferro estrangeiros para as obras públicas a serem feitas com os recursos do pacote. Lamy disse ontem que a iniciativa "não é terrivelmente dramática", mas não escondeu a torcida para que o Senado revise a cláusula.

**Mais que um plano** - Na Europa, há "mais que um plano", segundo o próprio Lamy, para conceder subsídios à exportação de lácteos. Cortar os subsídios à exportação foi um dos poucos itens na área agrícola em que já houve acordo nas negociações da Rodada Doha, mas para que passe a vigorar é preciso que todo o pacote esteja sacramentado.

Comentário de Lamy: "Trata-se de um sinal político que não é o correto". Podem vir mais sinais políticos ou providências concretas, porque Doris Leuthard, em suas conclusões pessoais, afirma: "Cada um de nós está enfrentando pressão protecionista interna, e temos que resistir a ela".

A pressão protecionista foi relatada por vários dos presentes ao encontro, inclusive pela ministra francesa de Economia, Christine Lagarde, que aponta o protecionismo como um dos grandes riscos decorrentes da crise, ainda mais em um momento em que os governos despejam trilhões de dólares de dinheiro público em pacotes de estímulo e o crescimento está estancado.

Nessa situação, é lógico que os cidadãos cobrem proteção de seus governos. O primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, já havia denunciado na véspera e repetiu ontem sua crítica ao que chama de "protecionismo financeiro" -o fato de que grandes bancos internacionais retiraram dinheiro de suas filiais nos mercados emergentes para cobrir as necessidades nas matrizes.

De todo modo, os ministros ontem reunidos mantiveram "o forte compromisso de finalizar a Rodada Doha", como diz a nota da ministra suíça. Mas ela própria admite que não basta, até porque tal compromisso já foi expresso mil vezes sem consequências -razão aliás do "problema de credibilidade" apontado por Leuthard. Por isso, os ministros vão tentar organizar um encontro mais amplo, se possível antes da cúpula de abril do G20 e, sempre se possível, um segundo encontro aproveitando a tradicional reunião ministerial da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), em junho.

Se nada disso funcionar e Doha morrer ou entrar em hibernação prolongada, o ministro Celso Amorim antevê "um longo período de protecionismo em todo o mundo".

**Mercosul social e o caminho da esperança** – Gazeta Mercantil – Opinião – 05/02/2009  
Crédito: Patrus Ananias - Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

A questão social está definitivamente pautada na agenda do Mercosul, indicando um novo momento na integração dos países da região. Os países da América Latina e Caribe estão sinalizando ao mundo a opção de estreitar relações e fortalecer a região de maneira integral, não só nas dimensões econômica e política, mas também pela dimensão social, abrindo espaço para ações conjuntas nas demais áreas de desenvolvimento - cultural, ambiental, dentre outras.

Essa constatação está bem clara para quem participou dos trabalhos do primeiro encontro exclusivo da área social durante a 36ª. Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum de Estados Partes e Associados do Mercosul, realizada no fim de 2008 na Bahia. Na ocasião, estivemos presentes autoridades e representantes de ministérios da área do desenvolvimento social de 12 países e aprovamos dois documentos importantes: o texto com eixos e diretrizes do Plano Estratégico de Ação Social do Mercosul e a Declaração Sobre Medidas de Promoção e Proteção na Área Social em Resposta à Crise Financeira Mundial.

Outra iniciativa que aponta para crescimento da importância das políticas sociais é a aprovação do orçamento de 227 mil dólares para o Instituto Social do Mercosul, que se propõe a ser um espaço para reunir informações sobre experiências da área social de diversos países e seus resultados, por meio de pesquisas na área, além de propiciar e facilitar o intercâmbio de experiências entre os países. A sede do Instituto ficará no Uruguai, país que abriga a sede do Mercosul.

Penso que o resultado da reunião traz um balanço positivo da contribuição brasileira, nesse último período em que esteve presidindo a organização. Mas é sobretudo um passo importante para fortalecimento do Mercosul e para todos os países da América Latina e Caribe. Ao incorporar a questão dos pobres, da agricultura familiar e da luta contra a desigualdade social, os países do Mercosul - e associados - dão um passo importante para resgatar a histórica dívida social da região. O escritor uruguaio Eduardo Galeano, a lembrar que continuam abertas as veias de nossa América Latina, definiu o grande desafio colocado para o continente nos seguintes termos: "Poderá (a América Latina) ser uma cópia do mundo desenvolvido e dos países que nos governam ou poderá seguir o seu próprio caminho, o caminho das suas próprias esperanças". Ao defender a integração pelo social, os latino-americanos tomam uma posição muito clara, deixando um antigo espaço subalterno para se colocarem como interlocutores no mundo.

Na reunião da Bahia, houve um consenso entre nós de que os investimentos na área social devem ser mantidos e ampliados. Seja pela dimensão humanitária ou econômica, a experiência está mostrando que as políticas sociais são importantes para enfrentarmos e superarmos a crise financeira internacional. Com as obras e políticas sociais estamos fortalecendo nossas economias, ampliando o mercado interno, estimulando as economias locais e regionais e gerando empregos.

Daí a importância dos documentos aprovados durante o encontro. A Declaração sobre a Crise foi apresentada após chefes de Estado na reunião de cúpula, conduzida pelo presidente Lula, numa demonstração inequívoca que a questão dos pobres veio para ficar.

Os cinco eixos que compõem nosso documento estratégico são muito significativos: erradicação da fome, combate à pobreza e às desigualdades sociais e fortalecimento da assistência humanitária (eixo 1); promoção de políticas de direitos humanos, participação



social, circulação de pessoas e diversidade (eixo 2); saúde (eixo 3), educação e cultura (eixo 4) e, por fim, promoção de ações para integração produtiva, agricultura familiar, economia solidária e cooperativas (eixo 5). O primeiro e o quinto eixos dizem respeito, especificamente, às políticas, programas e ações que desenvolvemos aqui no Brasil a partir do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Estão diretamente sobre nossa responsabilidade. Mas sabemos também que são políticas que se organizam em estrutura de rede e têm o desafio de permanecer em processo de desenvolvimento integrado com os outros eixos de ação.

A América Latina está fazendo sua opção. A busca da nossa identidade só será possível a partir do resgate da nossa dívida social. Retomando mais uma vez as idéias de Galeano, estamos dando nossa resposta contra a cultura do medo e da submissão apostando no desenvolvimento do potencial de nossa gente.

### **Crise questiona opções de desenvolvimento na América Latina - Carlos Eduardo Carvalho – Valor Econômico – Opinião – 05/02/2009**

A brusca reversão do contexto externo em 2008 questiona fortemente as diferentes alternativas de desenvolvimento delineadas nas últimas décadas pelos países da América Latina, além de colocar desafios consideráveis para a política econômica seguida nos últimos anos.

Por enquanto as reações dos países afetados procuram enfrentar os problemas mais imediatos, sem romper com as orientações gerais que vinham sendo seguidas. Na maioria dos países de porte econômico médio e grande observam-se medidas previsíveis de natureza fiscal, com pacotes de estímulo à atividade produtiva e aumento de gastos em infraestrutura e políticas sociais, com alguns casos de redução de impostos. Há também intervenções no mercado monetário, para aumentar a liquidez e sustentar o crédito, e também no mercado de câmbio, para conter a desvalorização e aumentar a liquidez do comércio externo. Em poucos casos foram anunciadas medidas mais drásticas, com restrições a importações e limitações de acesso ao mercado de câmbio.

Até agora, o México ameaça ter o pior desempenho, com previsões de recessão entre 1% e 2% em 2009, com os efeitos negativos da recessão nos EUA sobre as exportações mexicanas e sobre as remessas de emigrantes. O crescimento já vinha declinando nos últimos anos, afetado pela concorrência de manufaturas chinesas e pela transferência de muitas indústrias maquiladoras para a Ásia. O mau desempenho do México durante a bonança se tornou ainda mais sofrido por ter coincidido com o período em que outros países do continente cresceram de forma acelerada, com taxas entre 8% e 10% ao ano a partir de 2004, como Argentina, Peru e Venezuela.

Pouca coisa ou nada há de comum entre os três em termos de políticas econômicas ou de opções de inserção externa. E as reações agora também não se assemelham. A Argentina anunciou medidas fiscais ambiciosas e o BC tem procurado atuar no mercado monetário para sustentar a liquidez, afetada pela ausência de financiamento externo. A Venezuela não mudou a programação fiscal e ampliou as restrições no mercado de câmbio, existentes há muitos anos. O Peru tenta manter o superávit fiscal e impedir o déficit de transações correntes nas contas externas, confiando que a queda dos preços dos combustíveis e dos alimentos reduzirá as pressões inflacionárias que ganharam força no primeiro semestre de 2008.

A inflação também subiu no Chile no mesmo período, por motivos semelhantes, com taxas próximas a 10% ao ano, enfrentada com elevação moderada dos juros pelo BC, para 8,5% ao ano. O crescimento do Chile nos anos da bonança ficou abaixo de 5% ao ano, inferior aos números bem mais altos das décadas anteriores. A reação de política econômica até aqui, contudo, foi a mais incisiva: além de manter juros reais negativos apesar da inflação alta, o governo anunciou cortes de impostos e aumentos de gastos que devem gerar déficit fiscal de 1% em 2009.

Em dois países pequenos, Bolívia e Equador, os efeitos da crise estão sendo enfrentados de formas opostas. A Bolívia manteve a orientação cautelosa na economia, apesar da forte conflitividade política do país, responsável por um feito inusitado: a redução progressiva da dolarização, inclusive no sistema financeiro, apesar da tensão política que chegou a colocar em questão a unidade do país. O Equador, pressionado pela dolarização completa e oficial, encontra grande dificuldade para reagir, impõe controles nas importações e tem dificuldades para manter os pagamentos externos.

Se a crise se agravar ou der lugar a um quadro de retração prolongada na economia mundial, é possível que as reações de política econômica se tornem mais fortes e mais diferenciadas, da mesma forma que os anos de bonança deram lugar a opções de política econômica muito distintas, mesmo em países usualmente agrupados sob chavões ideológicos. Afinal, nada há em comum entre o câmbio fixo da Venezuela e as orientações cautelosas e acomodadoras da Bolívia, embora Chávez e Morales sejam grandes aliados políticos.

Neste caso, as mudanças de política econômica estão sujeitas a razoável imprevisibilidade. Indicações interessantes podem vir, contudo, da observação dos fatores que deram origem às políticas seguidas durante a bonança. É certo que essas escolhas foram condicionadas pelo jogo político interno, mas, ainda assim, vale destacar alguns fatores econômicos de longo prazo, a começar pela dotação de recursos naturais e pelas vantagens comparativas construídas na industrialização substitutiva. Como se sabe, tenderam a ganhar mais na bonança os países exportadores de commodities metálicas, de combustíveis e de alimentos, e também os exportadores de bens industriais complementares à industrialização acelerada da China, como o Brasil.

Outro grupo de fatores vem das opções de desenvolvimento econômico definidas nas décadas de 1970 e 1980 e mantidas em geral até hoje. Estas opções tiveram com a bonança o melhor cenário externo possível para demonstrarem sua capacidade de manter o crescimento acelerado, melhorar a inserção externa e, principalmente, garantir a incorporação de progresso técnico e os ganhos continuados de produtividade. É possível identificar duas opções básicas naquele período: o aprofundamento da industrialização, caso de Brasil, México e Venezuela, entre outros; e a desmontagem radical da industrialização substitutiva, com aposta na liberalização ampla e no crescimento baseado na exportação de produtos primários, caso do Chile.

Os anos de bonança mostraram resultados inconclusivos sobre as possibilidades de cada um. Tomando alguns casos paradigmáticos, o Chile não conseguiu elevar consistentemente o conteúdo tecnológico de suas importações e teve dificuldades para manter o crescimento, da mesma forma que a opção pela integração com os EUA mostrou seus limites no México e os esforços pela reindustrialização na Venezuela deram poucos resultados até aqui.

Se a crise se aprofundar, estas opções podem ser outra vez colocadas em questão, o que ampliaria muito as escolhas possíveis de política econômica.

Apenas dois entre dez setores econômicos que são grandes exportadores não anotaram novas barreiras à entrada de produtos brasileiros desde o acirramento da crise internacional. Conforme levantamento feito pelo Valor, houve a imposição de medidas como elevação de tarifas de importação, modificação de cotas e aumento de subsídios nos segmentos de soja, carne suína, leite, têxteis, calçadista, eletroeletrônico, aço, máquinas e equipamentos. Apenas dois setores - automotivo e açúcar - não relataram entraves adicionais à exportação depois de setembro.

Com a crise global atingindo os diversos parceiros comerciais do Brasil, começam a pipocar medidas protecionistas contra as exportações. Segundo relatos do setor privado, os países elevaram tarifas de importação, modificaram cotas e aumentaram subsídios nos últimos meses. Além desses mecanismos tradicionais para fechar o mercado, também surgiram novas exigências técnicas, que aumentam a burocracia.

O Valor consultou 10 setores exportadores: soja, carne suína, leite, açúcar, têxtil, calçadista, eletroeletrônico, máquinas, aço e automotivo. Apenas dois - automotivo e açúcar - não relataram o surgimento de novas barreiras à exportação depois de setembro de 2008, quando a quebra do Lehman Brothers marcou o início da crise.

As barreiras ainda são pontuais e com efeitos limitados, mas evidenciam o clima defensivo que tomou conta do comércio internacional. Nesse contexto, a gritaria do empresariado nacional ainda não é grande, pois alguns setores estão mais preocupados em defender o mercado interno. Na semana passada, o Brasil adotou licenças de importação, mas desistiu. As medidas protecionistas que prejudicam as vendas de produtos brasileiros estão concentradas nos países emergentes. Na agricultura, surgem reclamações contra Índia e Rússia. Na indústria, as principais dificuldades estão na vizinhança, principalmente Argentina, Equador e Venezuela. Nos países ricos, o temor do exportador brasileiro é o aumento dos subsídios.

Terceiro maior comprador do óleo de soja brasileiro, a Índia aplicou tarifa de 20% para o produto em novembro. Segundo Fábio Trigueirinho, secretário-geral da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), o problema é que foi mantida a isenção para óleos de palma, girassol e outros, o que prejudicou o Brasil. A entidade enviou uma carta ao embaixador do Brasil em Nova Déli pedindo ajuda.

Esse tipo de cobrança não é novidade na Índia, um mercado tradicionalmente fechado. Em 2007, a tarifa de importação estava em 45% para óleos vegetais, mas, em abril do ano passado, o país retirou a taxa para se proteger da inflação. Com a crise e a queda dos preços das commodities, a Índia retomou parcialmente a tarifa - mas, dessa vez, só para o óleo de soja.

Outro gigante que prejudicou as exportações brasileiras foi a Rússia. Em dezembro, os russos elevaram a tarifa extra-cota da carne suína de 40% para 65% e realocaram 50 mil toneladas da cota destinada a outros países (utilizada pelo Brasil) para os Estados Unidos. "Podemos ter perdido 100 mil toneladas em exportação. A justificativa da Rússia é o efeito da crise", disse Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportação de Carne Suína (Abipecs).

À medida que a crise se aprofunda, os subsídios para a agricultura aumentam nos países ricos, prejudicando as exportações brasileiras em terceiros mercados. A União Europeia anunciou em janeiro que decidiu voltar a subsidiar às exportações de lácteos, para

compensar os produtores locais. Para o leite em pó, a UE vai dar subsídios de até 200 euros por tonelada.

Nos manufaturados, a Argentina é a principal preocupação, por conta da relevância do volume exportado e da longa lista de produtos prejudicados. Fernando Pimentel, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), disse que a Argentina ampliou, em dezembro, a lista de produtos sujeitos à licença não-automática. Maria Tereza Bustamante, coordenadora de comércio exterior da Associação Nacional dos Fabricantes Eletroeletrônicos (Eletros), contou que as autorizações para importação de geladeira, fogão, lava-roupa e TV saem a conta-gotas desde outubro.

Segundo a executiva, também aumentou a burocracia e agora o importador argentino é obrigado a peregrinar por quatro repartições em dois ministérios. Maria Tereza conta que os rumores em Buenos Aires são que o país pode reduzir as compras de eletroeletrônicos brasileiros em até 40% este ano. "Dá a impressão que os argentinos estão com o freio de mão bem puxado na importação", disse.

O setor de máquinas e equipamentos só começou a ter problemas para vender para a Argentina depois do início da crise. Em novembro, o país começou a exigir certificado para importação de produtos metalúrgicos, que, na prática, significa licença de importação, que demora até 60 dias "É uma situação esdrúxula", disse Mário Mugnaini, diretor de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). "Os argentinos deveriam ter excluído o Mercosul e focado nos chineses". O setor de máquinas também reclama que a liberação de divisas para a compra de máquinas da Venezuela está cada vez mais devagar.

No Equador, o problema para os brasileiros não é tanto o pequeno volume embarcado, mas a amplitude das barreiras e o impacto "psicológico" na região. Para alguns empresários, a situação é mais grave do que na Argentina. O Equador cancelou os benefícios previstos nos acordos de redução tarifária parcial, impôs taxas específicas e cotas de importação. É uma tentativa drástica de colocar ordem nas suas contas externas, que foram seriamente abaladas pela queda do petróleo.

Segundo Mário Branco, gerente de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o Equador elevou a tarifa de importação do setor de 15% para 35% - o máximo que o país consolidou na Organização Mundial de Comércio (OMC). O Brasil foi ainda mais prejudicado porque gozava de um benefício que reduzia a tarifa para 5%. Ele calcula que a exportação de pelo menos um milhão de celulares brasileiros para o país possa estar comprometida.

O Equador também aplicou direitos específicos bastante alto para têxteis e calçados. Segundo Heitor Klein, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Calçadista (Abicalçados), o Equador está cobrando US\$ 10 de taxa por par, valor mais alto que os US\$ 8,70 do preço médio do sapato brasileiro. No têxtil, a barreira específica equivale a taxa de 130%.

No setor siderúrgico, Turquia, Índia e Rússia elevaram as tarifas para a importação de aço. Segundo Marco Polo de Mello Lopes, a situação não preocupa, porque as exportações para esses mercados são marginais. Ele está atento ao programa dos EUA, que prevê a compra de aço americano nas obras do pacote de estímulo fiscal, mas não criticou diretamente o objetivo da medida. As siderúrgicas brasileiras estão mais preocupadas em defender o mercado interno.

Para Welber Barral, secretário de Comércio Exterior, o protecionismo "sempre" cresce na crise, mas por enquanto as barreiras são pontuais. Ele alertou que o principal problema não

é o aumento de tarifas de importação, mas os entraves burocráticos e os subsídios concedidos pelos países para combater a crise. Apesar da desastrada medida das licenças prévias na semana passada, ele insistiu que a hora é de prudência, inclusive para o Brasil. "Tem país só esperando uma desculpa para adotar retaliação contra nós", disse.

### **Crise eleva barreiras contra produtos do Brasil** - Raquel Landim – Valor Econômico – Brasil - 05/02/2009

Com a crise global atingindo os diversos parceiros comerciais do Brasil, começam a pipocar medidas protecionistas contra as exportações. Segundo relatos do setor privado, os países elevaram tarifas de importação, modificaram cotas e aumentaram subsídios nos últimos meses. Além desses mecanismos tradicionais para fechar o mercado, também surgiram novas exigências técnicas, que aumentam a burocracia.

O Valor consultou 10 setores exportadores: soja, carne suína, leite, açúcar, têxtil, calçadista, eletroeletrônico, máquinas, aço e automotivo. Apenas dois - automotivo e açúcar - não relataram o surgimento de novas barreiras à exportação depois de setembro de 2008, quando a quebra do Lehman Brothers marcou o início da crise.

As barreiras ainda são pontuais e com efeitos limitados, mas evidenciam o clima defensivo que tomou conta do comércio internacional. Nesse contexto, a gritaria do empresariado nacional ainda não é grande, pois alguns setores estão mais preocupados em defender o mercado interno. Na semana passada, o Brasil adotou licenças de importação, mas desistiu.

As medidas protecionistas que prejudicam as vendas de produtos brasileiros estão concentradas nos países emergentes. Na agricultura, surgem reclamações contra Índia e Rússia. Na indústria, as principais dificuldades estão na vizinhança, principalmente Argentina, Equador e Venezuela. Nos países ricos, o temor do exportador brasileiro é o aumento dos subsídios.

Terceiro maior comprador do óleo de soja brasileiro, a Índia aplicou tarifa de 20% para o produto em novembro. Segundo Fábio Trigueirinho, secretário-geral da Associação Brasileira de Óleos Vegetais (Abiove), o problema é que foi mantida a isenção para óleos de palma, girassol e outros, o que prejudicou o Brasil. A entidade enviou uma carta ao embaixador do Brasil em Nova Déli pedindo ajuda.

Esse tipo de cobrança não é novidade na Índia, um mercado tradicionalmente fechado. Em 2007, a tarifa de importação estava em 45% para óleos vegetais, mas, em abril do ano passado, o país retirou a taxa para se proteger da inflação. Com a crise e a queda dos preços das commodities, a Índia retomou parcialmente a tarifa - mas, dessa vez, só para o óleo de soja.

Outro gigante que prejudicou as exportações brasileiras foi a Rússia. Em dezembro, os russos elevaram a tarifa extra-cota da carne suína de 40% para 65% e realocaram 50 mil toneladas da cota destinada a outros países (utilizada pelo Brasil) para os Estados Unidos. "Podemos ter perdido 100 mil toneladas em exportação. A justificativa da Rússia é o efeito da crise", disse Pedro de Camargo Neto, presidente da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportação de Carne Suína (Abipecs).

À medida que a crise se aprofunda, os subsídios para a agricultura aumentam nos países

ricos, prejudicando as exportações brasileiras em terceiros mercados. A União Europeia anunciou em janeiro que decidiu voltar a subsidiar às exportações de lácteos, para compensar os produtores locais. Para o leite em pó, a UE vai dar subsídios de até 200 euros por tonelada.

Nos manufaturados, a Argentina é a principal preocupação, por conta da relevância do volume exportado e da longa lista de produtos prejudicados. Fernando Pimentel, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Têxtil (Abit), disse que a Argentina ampliou, em dezembro, a lista de produtos sujeitos à licença não-automática. Maria Tereza Bustamante, coordenadora de comércio exterior da Associação Nacional dos Fabricantes Eletroeletrônicos (Eletros), contou que as autorizações para importação de geladeira, fogão, lava-roupa e TV saem a conta-gotas desde outubro.

Segundo a executiva, também aumentou a burocracia e agora o importador argentino é obrigado a peregrinar por quatro repartições em dois ministérios. Maria Tereza conta que os rumores em Buenos Aires são que o país pode reduzir as compras de eletroeletrônicos brasileiros em até 40% este ano. "Dá a impressão que os argentinos estão com o freio de mão bem puxado na importação", disse.

O setor de máquinas e equipamentos só começou a ter problemas para vender para a Argentina depois do início da crise. Em novembro, o país começou a exigir certificado para importação de produtos metalúrgicos, que, na prática, significa licença de importação, que demora até 60 dias "É uma situação esdrúxula", disse Mário Mugnaini, diretor de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). "Os argentinos deveriam ter excluído o Mercosul e focado nos chineses". O setor de máquinas também reclama que a liberação de divisas para a compra de máquinas da Venezuela está cada vez mais devagar.

No Equador, o problema para os brasileiros não é tanto o pequeno volume embarcado, mas a amplitude das barreiras e o impacto "psicológico" na região. Para alguns empresários, a situação é mais grave do que na Argentina. O Equador cancelou os benefícios previstos nos acordos de redução tarifária parcial, impôs taxas específicas e cotas de importação. É uma tentativa drástica de colocar ordem nas suas contas externas, que foram seriamente abaladas pela queda do petróleo.

Segundo Mário Branco, gerente de comércio exterior da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o Equador elevou a tarifa de importação do setor de 15% para 35% - o máximo que o país consolidou na Organização Mundial de Comércio (OMC). O Brasil foi ainda mais prejudicado porque gozava de um benefício que reduzia a tarifa para 5%. Ele calcula que a exportação de pelo menos um milhão de celulares brasileiros para o país possa estar comprometida.

O Equador também aplicou direitos específicos bastante alto para têxteis e calçados. Segundo Heitor Klein, diretor-executivo da Associação Brasileira da Indústria Calçadista (Abicalçados), o Equador está cobrando US\$ 10 de taxa por par, valor mais alto que os US\$ 8,70 do preço médio do sapato brasileiro. No têxtil, a barreira específica equivale a taxa de 130%.

No setor siderúrgico, Turquia, Índia e Rússia elevaram as tarifas para a importação de aço. Segundo Marco Polo de Mello Lopes, a situação não preocupa, porque as exportações para esses mercados são marginais. Ele está atento ao programa dos EUA, que prevê a compra

de aço americano nas obras do pacote de estímulo fiscal, mas não criticou diretamente o objetivo da medida. As siderúrgicas brasileiras estão mais preocupadas em defender o mercado interno .

Para Welber Barral, secretário de Comércio Exterior, o protecionismo "sempre" cresce na crise, mas por enquanto as barreiras são pontuais. Ele alertou que o principal problema não é o aumento de tarifas de importação, mas os entraves burocráticos e os subsídios concedidos pelos países para combater a crise. Apesar da desastrada medida das licenças prévias na semana passada, ele insistiu que a hora é de prudência, inclusive para o Brasil. "Tem país só esperando uma desculpa para adotar retaliação contra nós", disse.

### **Brasil fará alerta na OMC para escalada de medidas protecionistas – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 09/02/2009**

BRASÍLIA. Preocupado com a grande quantidade de medidas protecionistas que surgem a cada momento no mundo, com destaque para o “Compre América” que está no pacote anticrise em votação pelo Senado americano, o Brasil fará hoje um alerta na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). A representação brasileira vai explorar o risco de o sistema multilateral de comércio perder de vez sua credibilidade. A advertência será feita pelo chefe da delegação brasileira em Genebra, na Suíça, embaixador Roberto Azevedo. Ele destacará o abuso de barreiras não-tarifárias que atualmente não são reguladas pelas normas internacionais.

O governo brasileiro ainda está analisando como proceder em relação ao “Compre América”, programa que determina que projetos financiados por recursos públicos só podem utilizar materiais produzidos por empresas dos Estados Unidos e outros países com os quais mantêm acordos de compras governamentais.

A possibilidade de uma ação na OMC não é descartada, embora seja consenso no Palácio do Planalto, no Itamaraty e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que seria um procedimento extremamente complicado.

O fato é que o Brasil não é signatário do acordo de compras governamentais da OMC, ao contrário de EUA, União Europeia e Canadá, entre outros. O governo Lula sempre relutou em assinar o tratado. Primeiro, por considerar que o tema teria de ser discutido no âmbito da Rodada de Doha.

A segunda razão é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo fim é estimular as indústrias brasileiras.

Pelo acordo em vigor na OMC, não é permitido dar preferências a empresas locais, em detrimento das estrangeiras.

País teme que outros governos sigam os EUA Na avaliação do governo brasileiro, existe uma escalada de medidas protecionistas e nacionalistas no mundo, que tende a se agravar. O uso de barreiras não-tarifárias, como novas exigências fitossanitárias, redução de cotas de importação e crescimento dos subsídios embutidos nos financiamentos às exportações são exemplos de atitudes que preocupam. Apenas as barreiras tarifárias, como o aumento das alíquotas de importação, são reguladas na OMC.

— Existe o temor de que, se o “Compre América” passar no Senado americano, outros países, como a França, farão o mesmo — comentou um graduado diplomata brasileiro.

No ano passado, estima-se que a venda de produtos siderúrgicos do Brasil ao mercado americano tenha atingido cerca de US\$ 1 bilhão. As autoridades brasileiras já vêm conversando informalmente com o governo americano sobre o assunto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na visita que pretende fazer a Obama em 16 de março, deverá levar o caso diretamente ao presidente dos EUA.

#### **Governo avança contra protecionismo americano – Rivadavia Severo – Jornal d Brasil – 09/02/2009**

O governo brasileiro vai se pronunciar hoje na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o avanço de medidas protecionistas anunciadas por países ricos, para enfrentar a crise financeira internacional e pedir que a entidade fique atenta ao teor das medidas. O governo teme que a cláusula buy american, acrescentada ao pacote de estímulo fiscal que o governo dos Estados Unidos enviou ao Congresso, assim como medidas protecionistas de governos europeus, desencadeiem um onda nacionalista que enfraqueça o comércio mundial e dificulte a entrada de produtos brasileiros nestes centros econômicos.

De acordo com o Itamaraty, a manifestação que o embaixador brasileiro, Roberto Azevedo, fará hoje na reunião da OMC, vai destacar a preocupação brasileira com medidas como o buy american, que proíbe a compra de ferro e aço importados para que empresas que realizem obras de infraestrutura nos EUA tenham benefícios tributários. E com medidas européias, como o pacote fiscal francês, que poderá exigir a compra de componentes só no mercado interno.

– Será mais uma fala do Brasil. Não vamos adotar nenhuma medida prática. É um alerta que vamos lançar – informou uma graduada fonte do Itamaraty, ao acrescentar que o avanço do nacionalismo no mundo "deixa a gente muito apreensivo, porque coloca em risco o funcionamento da OMC".

Na quarta-feira, o Senado americano aprovou emenda à cláusula buy american, dando garantia aos signatários do acordo de que serão isentos dos artigos do projeto que exigem emprego de insumos, como ferro e aço, fabricados nos EUA nas obras públicas realizadas com ajuda governamental. Mas o Brasil não será beneficiário do abrandamento, porque não é signatário. O projeto deve ser votado nesta semana.

A reação diplomática brasileira, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e pelo Itamaraty, conta com o apoio de empresários. Na sexta-feira, o Secretário de Comércio Exterior do Ministério, Welber Barral, disse que o Brasil poderá recorrer à OMC contra essas e outras medidas.

#### **'A Rodada Doha vai para o beleléu' – José Maria Tomazela - Estado de São Paulo – 09/02/2009**



Roberto Rodrigues: ex-ministro da Agricultura; Rodrigues diz que o Brasil precisa se preparar para uma tendência mundial que ele chama de neoprotecionismo

O Brasil vai produzir menos grãos nesta safra agrícola. Isso poderá prejudicar também a produção em 2010, que seria ainda menor, provocando o risco de uma disparada no preço de alimentos e da volta da inflação. Na avaliação do ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, atual presidente do Conselho do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o governo pode interferir nesse cenário com medidas imediatas para garantir preços mínimos e assegurar a oferta de crédito para o produtor. Ele lembra que o Brasil precisa criar instrumentos para proteger a sua produção, como outros países estão fazendo, para não ser "comido pelos outros", o que chama de neoprotecionismo. Em entrevista ao Estado, ele defende a regulação do sistema financeiro que, em vez de apoiar a produção, transformou-se num "mecanismo de gerar dinheiro".

O agronegócio brasileiro é altamente dependente de crédito, hoje escasso. Como garantir o financiamento da produção?

Precisa haver uma regulação do sistema financeiro, que perdeu a rédea. Ao invés de ser instrumento de desenvolvimento e emprego e de apoiar a produção, transformou-se em mecanismo de gerar dinheiro. O mundo inteiro quer uma nova regulamentação. Minha hipótese é de que o G 20 (grupo dos principais países em desenvolvimento mais os países ricos) poderia ser o fórum para isso. Tem de ser uma coisa negociada. Não acredito numa regulação do sistema financeiro no curto prazo.

O setor pode tirar alguma lição da crise?

O que a crise gerou no mundo todo foi o que chamamos de neoprotecionismo. Os países estão defendendo seus governos e fazendo proteção clara e ostensiva da sua produção. Essa nova fase tem duas vertentes relevantes: a primeira é que esse movimento vai contra a globalização da economia e fragiliza as grandes instituições mundiais, como a ONU e a OMC. Acredito que a Rodada de Doha (negociações para reduzir as barreiras comerciais) vai para o bebeléu. Como fazer uma rodada de liberalização num cenário desses? Outra vertente é que, se todo mundo está se protegendo com todas as armas disponíveis, o país que não se proteger será comido pelos outros. É preciso encontrar os meios para isso.

Com a crise a esta altura já consolidada, os efeitos na agricultura estão mais definidos?

Na agricultura brasileira, estamos vivendo uma situação complicada. Na agricultura de grãos, os custos subiram espetacularmente e o crédito diminuiu em relação à demanda por hectare. Os agricultores reagiram plantando menos e com menor tecnologia. A safra de grãos, por essa razão, será menor este ano. A esse fator determinado e certo, somou-se a seca: estados com grande produção, como Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul, tiveram quebras de até 25%. A safra, além de tudo, será pequena em razão desses fatores: custo elevado, pouco crédito e baixa produção.

Qual a tendência para os preços que remuneram o produtor?

Os preços são uma incógnita. Minha tese é que não deveriam cair mais. Os bons fundamentos continuam presentes, como os baixos estoques mundiais e a demanda aquecida. O problema é que a crise parece crescer em direção aos emergentes. Se isso acontecer, a renda cai e seria um desastre para a agricultura. Mas é só na agricultura, pois vai haver alimento e não haverá inflação.

Fala-se também em queda nas exportações agrícolas este ano.

A previsão de queda de 27% nas exportações é do Ministério da Agricultura. As exportações de derivados da cana-de-açúcar, laranja e carnes também estão sofrendo e, segundo os analistas, devem cair este ano em percentuais que variam de 12% a 28%. Além da falta de crédito para exportação, os ACCs (Adiantamentos de Contratos de Câmbio), os mercados ficaram mais limitados e exigentes. Sem conseguir vender, a indústria - usinas, frigoríficos e fabricantes de suco - repassa o problema para o produtor, que não aguenta. O pecuarista, o produtor de cana e de laranja estão quebrando.

Há risco para a economia do País?

O grande risco para o Brasil não é a queda nas exportações. Elas são importantes, mas não são determinantes para a economia ir bem. O País não vai deixar de crescer por exportar menos. A sociedade não será afetada de forma dramática. O problema é o produtor, ele sim, será afetado. Se o produtor não fizer uma boa safra este ano, vamos ter produção ainda mais baixa em 2010. Aí, a sociedade será afetada. Não vai haver oferta para atender à demanda e os preços podem disparar, trazendo inflação.

Frente a esse quadro, o que pode ser feito?

Considerando essas variáveis, precisamos criar imediatamente medidas de proteção para isso não acontecer. O recálculo dos preços mínimos, em bases reais, deve ser imediato. Está na lei: se o preço do mercado cai abaixo do mínimo, o governo pode agir para garantir a renda do produtor e dar segurança ao sistema de crédito. Com uma safra grande este ano, teríamos muito para exportar no ano que vem, sem inflação e com garantia de saldo comercial espetacular. O governo precisa resgatar os preços mínimos, dar ao produtor crédito à vontade para exportação, através dos ACCs, e assegurar capital de giro para o produtor ter condição de estocar, principalmente as usinas que produzem em oito meses para vender em doze.

Roberto Rodrigues esteve à frente do Ministério da Agricultura de 2003 a 2006; foi presidente da Organização Internacional de Cooperativas Agrícolas e vice-presidente da Associação Comercial de SP; formou-se em Engenharia Agrônoma na USP em 1965

**Brasil entra em ação contra protecionismo** – Rivaldavia Severo – Gazeta Mercantil – Rivaldavia Severo - 09/02/2009

O governo irá se pronunciar hoje na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o avanço de medidas protecionistas anunciadas por países ricos, para enfrentar a crise financeira internacional e pedir que a OMC fique atenta ao seu teor. O temor brasileiro é de que algumas medidas enfraqueçam o comércio mundial e dificultem a entrada de produtos brasileiros nestes centros econômicos.

A reação brasileira conta com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que irá discutir o assunto com o presidente norte-americano, Barack Obama, no dia 16 de março. (1ª Página).

Brasil se pronuncia na OMC contra pacotes de países ricos

Brasília - O governo brasileiro vai se pronunciar hoje na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) contra o avanço de medidas protecionistas anunciadas por países ricos, para enfrentar a crise financeira internacional e pedir que a organização do comércio fique atenta ao teor dessas medidas. O temor brasileiro é que a cláusula "Buy American", acrescentada ao pacote de estímulo fiscal do governo dos Estados Unidos enviada ao Congresso, assim como medidas protecionistas de governos europeus, desencadeiem um onda nacionalista que enfraqueça o comércio mundial e dificulte a entrada de produtos brasileiros nestes centros econômicos.

Segundo o itamaraty, a manifestação que o embaixador brasileiro, Roberto Azevedo, fará hoje na reunião da OMC, vai destacar a preocupação brasileira com medidas como o "Buy American" que proíbe a compra de ferro e aço importados para que empresas que realizem obras de infraestrutura nos EUA tenham benefícios tributários. E com medidas européias, como o pacote fiscal francês que poderá incluir a compra somente de componentes do mercado interno.

"Será mais uma fala do Brasil. Não vamos adotar nenhuma medida prática. É um alerta que vamos lançar", informou uma graduada fonte do itamaraty. Segundo essa fonte, o avanço mundial de cunho nacionalista "deixa a gente muito apreensivo, porque coloca em risco o próprio funcionamento da OMC".

Na quarta-feira, o Senado dos Estados Unidos aprovou emenda ao plano "Buy American" dando garantia aos signatários do acordo de que serão isentos dos artigos do projeto que exigem emprego de insumos, como ferro e aço, fabricados nos Estados Unidos nas obras públicas realizadas com ajuda governamental. Mas o Brasil não será beneficiário desse abrandamento no projeto, porque não é signatário. O projeto deve ser votado nesta semana. A reação diplomática brasileira é coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) e itamaraty e conta com o apoio de empresários. Na sexta-feira, o Secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral, disse que o Brasil poderá recorrer à OMC contra essas e outras medidas protecionistas.

A ação brasileira também vai contar com a participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que deverá discutir o assunto com o presidente norte-americano, Barack Obama, em Washington, durante o seu primeiro encontro oficial com o novo chefe de governo. O encontro deverá ocorrer no dia 16 de março, um dia após a participação do governante brasileiro no seminário promovido pelo Wall Street Journal sobre a crise internacional, em Nova York. De lá, Lula deverá seguir para Londres, onde está prevista a sua presença na Cúpula do G-20 financeiro, onde deverá fazer um duro discurso contra a onda de medidas protecionistas de países desenvolvidos. No encontro, além da discussão sobre o comércio internacional e estratégias políticas para a retomada dos debates sobre a Rodada Doha da OMC, será tratada a renovação das instituições internacionais de financiamento internacional como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

**Brasil fará alerta na OMC para escalada de medidas protecionistas - Eliane Oliveira –**  
O Globo – 09/02/2009

Preocupado com a grande quantidade de medidas protecionistas que surgem a cada momento no mundo, com destaque para o "Compre América" que está no pacote anticrise em votação pelo Senado americano, o Brasil fará hoje um alerta na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). A representação brasileira vai explorar o risco de o sistema multilateral de comércio perder de vez sua credibilidade. A advertência será feita pelo chefe da delegação brasileira em Genebra, na Suíça, embaixador Roberto Azevedo. Ele destacará o abuso de barreiras não-tarifárias que atualmente não são reguladas pelas normas internacionais.

O governo brasileiro ainda está analisando como proceder em relação ao "Compre América", programa que determina que projetos financiados por recursos públicos só podem utilizar materiais produzidos por empresas dos Estados Unidos e outros países com os quais mantêm acordos de compras governamentais. A possibilidade de uma ação na OMC não é descartada, embora seja consenso no Palácio do Planalto, no Itamaraty e no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que seria um procedimento extremamente complicado.

O fato é que o Brasil não é signatário do acordo de compras governamentais da OMC, ao contrário de EUA, União Europeia e Canadá, entre outros. O governo Lula sempre relutou em assinar o tratado. Primeiro, por considerar que o tema teria de ser discutido no âmbito da Rodada de Doha. A segunda razão é o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo fim é estimular as indústrias brasileiras. Pelo acordo em vigor na OMC, não é permitido dar preferências a empresas locais, em detrimento das estrangeiras.

Na avaliação do governo brasileiro, existe uma escalada de medidas protecionistas e nacionalistas no mundo, que tende a se agravar. O uso de barreiras não-tarifárias, como novas exigências fitossanitárias, redução de cotas de importação e crescimento dos subsídios embutidos nos financiamentos às exportações são exemplos de atitudes que preocupam. Apenas as barreiras tarifárias, como o aumento das alíquotas de importação, são reguladas na OMC.

- Existe o temor de que, se o "Compre América" passar no Senado americano, outros países, como a França, farão o mesmo - comentou um graduado diplomata brasileiro.

No ano passado, estima-se que a venda de produtos siderúrgicos do Brasil ao mercado americano tenha atingido cerca de US\$1 bilhão. As autoridades brasileiras já vêm conversando informalmente com o governo americano sobre o assunto. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na visita que pretende fazer a Obama em 16 de março, deverá levar o caso diretamente ao presidente dos EUA.

### **Maré protecionista/Opinião – Marcelo de Paiva Abreu – Estado de São Paulo – Marcelo de Paiva Abreu - 09/02/2009**

Alguém se lembra da declaração do G-20, em Washington, no fim do ano passado?  
"Sublinhamos a crítica importância de rejeitarmos o protecionismo, não nos voltando para dentro em tempos de incerteza financeira... Nos próximos 12 meses não criaremos novas barreiras ao investimento ou ao comércio de bens nem novas restrições a exportações ou estímulos às exportações inconsistentes com as regras da OMC."

No entanto, em meio a notícias terríveis sobre a queda da atividade e do emprego no centro da economia mundial - a despeito de todos os pacotes de estímulos -, as preocupações se voltam para o efeito perverso de uma escalada protecionista generalizada.

Os episódios protecionistas se multiplicam. No Reino Unido, trabalhadores na refinaria de Lindsey, ironicamente da petroleira francesa Total, protestam contra o uso de mão-de-obra italiana e portuguesa por um provedor de serviços subcontratado. Afinal, em 2007, o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, havia explicitado seu compromisso com "empregos britânicos para trabalhadores britânicos". Deve estar arrependido. Na Irlanda, parte do contingente de operários poloneses desempregado com o fim do boom imobiliário não voltou à Polônia, mas permaneceu na Irlanda, pressionando o mercado de trabalho e criando tensões difíceis de contornar. Tudo isso a despeito de os países envolvidos serem membros da União Europeia, cuja legislação garante o livre trânsito de trabalhadores.

Em diversas economias em desenvolvimento, a folga disponível para aumentar tarifas sem violar os compromissos na OMC tem sido usada crescentemente. A Índia é um bom exemplo no caso do óleo de soja.

O Congresso dos Estados Unidos incluiu condicionalidades do tipo buy american no pacote ora em tramitação de US\$ 820 bilhões de estímulos à atividade, restringindo os gastos do pacote a produtos manufaturados nos Estados Unidos.

Dadas as limitações multilaterais a aumentos tarifários, as pressões dos lobbies protecionistas tenderão naturalmente a se concentrar em instrumentos alternativos, como direitos antidumping e cláusulas relativas a conteúdo nacional. O risco de retaliações cruzadas, principalmente na Europa, é substancial.

A importância dos aportes financeiros de governos para o saneamento de instituições financeiras, como instrumento para enfrentar a crise atual, abre caminho para novas formas de protecionismo "financeiro". Segundo uma ótica protecionista rudimentar, poderia parecer natural que o aporte financeiro de um governo nacional a uma instituição financeira, nas operações de salvamento que se tornaram corriqueiras nos últimos meses, devesse ter utilização restrita a aplicações financeiras que fossem de interesse de empresas ou cidadãos do país que arcou com tal ônus financeiro. É como se o mercantilismo aplicado a bens fosse transposto ao terreno das operações financeiras. Na década de 1930, a tentação não se colocou, pois, especialmente nos Estados Unidos, o resgate do setor bancário baseou-se fundamentalmente na criação do seguro de depósitos, e não em transferência direta de recursos.

No Brasil, os gestores da política econômica mostraram singular inépcia ao restabelecer, por um par de dias, o licenciamento das importações. De 1931 a 1990, com fugazes interrupções, a proteção no Brasil dependeu de intervenção discricionária do governo, que podia ou não conceder licenças de importação, dependendo da prioridade que julgasse merecer cada importação específica. Tal instrumento sobreviveu à criação do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, na sigla em inglês), em 1947, porque seu uso era permitido se fossem comprovadas dificuldades relacionadas ao balanço de pagamentos. Em 1991, configurando um dos marcos do processo de liberalização, o Brasil declarou que não mais utilizaria tal instrumento.

No entanto os responsáveis pela política econômica sentiram-se à vontade para, com US\$ 200 bilhões de reservas, orquestrar brutal retrocesso da abertura comercial. O governo continua tendo dificuldade em aceitar que a crise já chegou ao Brasil e que pode ser muito mais longa do que sugere o otimismo de rigueur no governo. E continua dando mostras de que está mal equipado para lidar com a crise.

Pressões para que sejam adotadas políticas de proteção são previsíveis: nações e indivíduos preferem tentar escapar da crise exportando-a para seus vizinhos. O problema é que o vizinho também pensa assim, e o equilíbrio final será, afinal de contas, pior para todo mundo.

Comparação dos dias de hoje com a política comercial na Grande Depressão de 1929-1933 são complexas. O GATT e a OMC não existiam e, portanto, os diferentes países não estavam comprometidos, como estão hoje, a respeitar um limite máximo para suas tarifas de importação. Por isso foi possível aos Estados Unidos, em 1930, aprovar a tarifa Smoot-Hawley - que tramitava desde o final de 1928 - e aumentar a tarifa média sobre bens taxáveis de 40% para 47%. De fato, foi a reforma tarifária Fordney-McCumber, de 1922, que aumentou a tarifa dos Estados Unidos mais significativamente, embora o "timing" de Smoot-Hawley tenha sido desastroso.

O governo Roosevelt, depois de namorar o bilateralismo, convenceu o Congresso a aprovar o Reciprocal Trade Agreements Act, de 1934, que delegou a política comercial ao Executivo, enfatizando o multilateralismo e a liberalização recíproca.

Essa é a inspiração para que Barack Obama adote plataforma ambiciosa, provavelmente no âmbito da OMC, que garanta substância ao compromisso de que o mundo não mergulhe no retrocesso protecionista.

\*Marcelo de Paiva Abreu, Ph.D. em economia pela Universidade de Cambridge, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

### **Brasil critica protecionismo "rico" na OMC – Eliane Cantanhede – Folha de São Paulo – Coluna – 09/02/2009**

O Brasil inicia hoje uma ofensiva para liderar na OMC (Organização Mundial do Comércio) a reação dos países emergentes contra a crescente onda protecionista que se alastra pelos EUA e pela União Europeia, sob o pretexto de se defender da crise internacional.

O embaixador brasileiro na OMC, Roberto Azevedo, alega que há "um sentimento geral de alerta contra o protecionismo" e antecipou que fará um discurso contundente na reunião da organização hoje, em Genebra, contra medidas tomadas pelos países ricos.

Ele vai conclamar a retomada da Rodada Doha de liberalização comercial, como antídoto às tentativas protecionistas. Seria, segundo ele, uma solução global para evitar aventuras nacionais que possam prejudicar o conjunto de países.

"A reunião será um esforço para mostrar que o pacote [da Rodada Doha] que está na mesa não é ruim. Ao contrário, é muito bom, especialmente à luz da crise que estamos todos vivendo", disse, por telefone.

O impasse mais recente na Rodada Doha ocorreu no ano passado, coincidindo com o início da crise. Naquele momento, duas negociações consideradas cruciais, em agricultura e bens industriais, estavam praticamente concluídas, mas o acordo caiu na última hora.

Se ambas tivessem sido fechadas, os EUA, por exemplo, estariam atrelados a um teto de subsídios de US\$ 14,5 bilhões. Sem elas, e com a crise, a expectativa é que o país ultrapasse os US\$ 20 bilhões, com prejuízos em cadeia para todos os exportadores, caso do Brasil.

Na última sexta-feira, o Itamaraty distribuiu nota ameaçando explicitamente tomar medidas práticas contra os EUA por decisões protecionistas incluídas no pacote de estímulo econômico em tramitação no Congresso.

No texto, diz que vê a iniciativa "com preocupação" e avalia com o setor privado "os possíveis impactos da medida sobre as exportações brasileiras para os EUA, bem como, se for o caso, as ações necessárias para enfrentá-las".

Será esse o tom do embaixador na reunião da OMC, advertindo que o protecionismo não se limita ao aumento de tarifas de importação, como querem fazer crer os países ricos: "Protecionismo não é só subir tarifa, é qualquer medida de governo que proteja ou estimule artificialmente um setor nacional. Subsídio é tão protecionista quanto tarifa, e os países ricos têm a tendência de fazer "pacotes de resgate" com esse efeito negativo", disse.

Segundo ele, antecipando parte do discurso que deve fazer hoje, "protecionismo é contagioso, se alastra com grande velocidade e é muito difícil de reverter". Explicou que medidas protecionistas acabam sendo expandidas tanto internamente, porque os demais setores pressionam por isonomia, como internacionalmente, porque criam uma reação em cadeia: os demais países tendem a fazer o mesmo.

A reunião de hoje será presidida pelo diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, que lerá um texto de oito páginas sobre a crise e medidas que países vêm tomando em todas as áreas para tentar minorar os seus efeitos. Seu tom também será fortemente antiprotecionista.

#### **Integração entre os povos é uma das respostas para a crise – Sítio eletrônico do MST – 09/02/2009**

“2009 é um ano especial para a humanidade inteira e em especial para a classe trabalhadora”. A análise é do jornalista Igor Fuser, que esboçou uma perspectiva da crise do sistema capitalista, durante o seminário internacional "Os desafios da imprensa popular no processo de construção da Alba".

Para ele, o projeto neoliberal na América Latina já está em crise há mais de dez anos, e há no continente um cenário de resistência e também de construção de alternativas concretas. E nesse contexto uma das principais alternativas, que ganha atualidade e importância ainda maior com a derrocada dos princípios do livre mercado e Estado mínimo, é a proposta da Alba (Alternativa Bolivariana para os Povos de Nossa América).

A proposta debatida pelos movimentos sociais vai além da iniciativa dos governos. Atualmente, Venezuela, Bolívia, Honduras, República Dominicana, Nicarágua e Cuba participam da integração regional, que propõe medidas de cooperação principalmente no campo da economia.

Já os movimentos sociais e organizações populares estão engajados em construir um processo de integração baseado na articulação das lutas dos povos de todos os países do continente, para a criação de um “modelo civilizatório alternativo ao projeto depredador do capitalismo, que assegure a soberania latino-americana frente às políticas saqueadoras do imperialismo e das transnacionais”. Esse objetivo foi firmado por um conjunto de

movimentos sociais da América Latina, presentes no Fórum Social Mundial, em Belém. [\(Leia a carta do movimentos sociais\)](#)

**Desafios da comunicação popular** - Como parte do processo de construção de estratégias de integração, mais de 40 representantes de meios da imprensa popular de dez países da América Latina se reuniram entre os dias 3 e 5/2 na Escola Nacional Florestan Fernandes, em São Paulo, no seminário internacional "Os desafios da imprensa popular no processo de construção da Alba". Além de debater o contexto da concentração dos meios de comunicação de massa nos diversos países, traçaram-se propostas para avançar na luta e na divulgação por uma integração regional "desde abajo".

**Avançar agora** - Os movimentos têm pressa. Apontam que é necessário avançar desde já, e se comprometeram com uma série de prioridades, como a construção de lutas unitárias e colocar todas as energias da mobilização mundial contra a guerra e a crise, com uma grande mobilização continental prevista para o dia 30 de março.

**Brasil critica onda protecionista na OMC** – Eliane Cantanhede – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2009

A reunião de ontem da OMC (Organização Mundial do Comércio) se transformou num protesto contra a ameaça protecionista do mundo desenvolvido, e o embaixador brasileiro junto à entidade, Roberto Azevedo, fez uma advertência velada aos EUA e à União Europeia: caso se sinta prejudicado, o Brasil poderá recorrer ao Mecanismo de Solução de Controvérsia da própria OMC.

"O Brasil está analisando cuidadosamente os fundamentos legais e os impactos comerciais das medidas [da UE e dos EUA] e está pronto a defender todos os seus direitos dentro do sistema da OMC", disse o embaixador em seu discurso, sem citar explicitamente, nesse trecho, os dois alvos da ameaça velada, os EUA e a UE.

Por telefone, Azevedo esmiuçou para a **Folha** o seu recado aos países ricos: "Não achem que vamos ficar de braços cruzados, engolindo qualquer medida. Se detectarmos medidas que violem as disciplinas da OMC e afetem os interesses brasileiros, poderemos agir a qualquer momento, acionando o Mecanismo de Solução de Controvérsia". Recorrer a esse mecanismo significa iniciar um processo de litígio e abrir um "panel" (formalizar um questionamento), que pode acabar em última instância em retaliações comerciais. O Brasil, porém, não pensou em nenhum momento em acionar a OMC ontem mesmo, como chegou a ser divulgado, e sabe muito bem o quanto um processo desse gênero é difícil e lento. Seria a última opção, em caso extremo.

A ameaça e o tom do embaixador repetem os da nota que o Itamaraty divulgou na última sexta-feira, admitindo recorrer a "ações necessárias" contra medidas protecionistas que afetem as exportações brasileiras. A nota foi explicitamente dirigida aos EUA, que tentam incluir a cláusula "Buy american" (comprar produtos americanos) no pacote em tramitação no Congresso.



Se a cláusula for exclusivamente em relação a compras governamentais, o Brasil terá que engolir calado, pois adota medidas protecionistas e não é signatário do acordo nessa área selado na OMC. Mas há dúvidas sobre sua extensão.

**Lamy e o diabo** - Na reunião de ontem, o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, apresentou um documento enumerando as medidas que todos os países vinculados vêm tomando contra a crise econômica e ressaltou: "O diabo está nos detalhes".

Azevedo ressaltou no seu discurso que há várias formas de protecionismo: "Não é só aumentar tarifas ou estabelecer controles de importação", disse ele, clamando pela conclusão da Rodada Doha de comércio.

Ele já tinha ensaiado uma manifestação dura contra o protecionismo na reunião do conselho da OMC, na semana passada, e recebeu apoios e adesões ontem. "Uma avalanche", disse, partindo de países muito diferentes, como Índia, China, México, Uruguai e Coreia. A exceção foram justamente os EUA e a UE. "É uma defesa preventiva", disse ele no telefonema, explicando que o movimento iniciado em Genebra deverá ganhar contornos mais objetivos até a reunião do G-20 (países ricos mais países emergentes), em abril, em Londres. O tema também deverá estar no topo da agenda do encontro que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá ter ainda neste primeiro semestre com o presidente dos EUA, Barack Obama, em Washington.

**Entidade afirma que é preciso "vigiar" barreiras comerciais** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 10/02/2009

O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, afirmou ontem que é preciso ficar "vigilante" contra práticas protecionistas em um momento em que cresce o temor de que medidas restritivas ao comércio global venham a agravar a crise financeira -como ocorreu na época da Grande Depressão, em 1929.

Em encontro ontem em Genebra, Lamy disse haver ainda poucas evidências de aumento no protecionismo associado ao contexto da crise. Mas acrescentou que "estamos em estágio inicial das respostas políticas contra a recessão econômica, e creio que devemos permanecer vigilantes".

Relatório da OMC divulgado durante a reunião dos 153 membros da entidade OMC adverte sobre "as dificuldades que surgiriam" se os países recorressem em grau significativo "a medidas que restringissem ou distorcessem o comércio para preservar as empresas, empregos e a agricultura" dos efeitos da desaceleração econômica. De acordo com o texto, "o protecionismo poderia induzir outros países a adotar medidas restritivas que exacerbariam o dano causado" pela crise global.

Por enquanto, o receio acerca do protecionismo tem caráter mais especulativo. Até agora, as atenções estão mais voltadas ao programa de estímulo econômico nos Estados Unidos no que se relaciona ao aço e aos bens manufaturados -e se o programa prejudicaria

produtores estrangeiros. Para evitar o aumento das restrições no comércio global, Lamy recomenda a adoção de "disciplinas multilaterais".

Sem emitir juízo de valor, Lamy citou uma série de medidas tomadas no sentido de minimizar os efeitos da crise, como o apoio financeiro a bancos e a setores produtivos, em particular a indústria automotiva, como no caso dos EUA.

**Brasil** - Lamy elogiou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente dos EUA, Barack Obama, pela resistência "às pressões domésticas e por garantir que suas economias se mantenham abertas à concorrência externa". O Brasil também foi mencionado no relatório "pela compra de participação no capital de bancos em dificuldades". \*Com agências internacionais

**OMC contra-ataca protecionismo** - Ricardo Rego Monteiro – Jornal do Brasil – 10/02/2009

Enfraquecida pelo aumento do protecionismo em escala global, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou ontem informe no qual adverte para os riscos de recrudescimento da crise mundial em caso de novos atentados ao livre comércio. Especialistas em comércio exterior, como o ex-ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, advertem que, sem um freio ao protecionismo, não só o livre comércio mundial, mas a própria OMC podem ter o futuro comprometido.

– À medida que a OMC não foi bem-sucedida com a Rodada de Doha, ela corre o risco, sim, de se enfraquecer – avalia Lampreia, que concorda com a necessidade de apoio dos países-membros à instituição, na reunião iniciada ontem. A iniciativa, justifica, seria necessária para preservar a instituição dos últimos reveses.

Ontem, o diretor-geral da Organização, Pascal Lamy, advertiu contra o protecionismo no primeiro informe sobre a crise econômica mundial, que começou a ser debatido ontem pelos 153 Estados membros, em Genebra. O documento alerta quanto às "dificuldades que podem surgir caso os países recorram em grau significativo a medidas que restrinjam ou distorçam o comércio para tentar proteger as empresas, o emprego e as receitas agrícolas dos efeitos da desaceleração do crescimento mundial".

O texto da nota acrescenta que "o protecionismo também poderia induzir outros a adotar medidas de retaliação que exacerbariam o dano causado".

Lamy recordou que, na reunião do G-20 (que reúne os países mais ricos e os principais emergentes) do fim de 2008, a comunidade internacional foi aconselhada a "abster-se e não criar novos obstáculos ao comércio e ao investimento, incompatíveis com as normas da OMC".

Sem avaliar o benefício ou o caráter nocivo de algumas decisões, o diretor-geral da OMC destacou o apoio financeiro aos setores financeiro e automotivo, segundo a nota fornecido principalmente por "países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE)". Os Estados Unidos emprestaram US\$ 17,4 bilhões à General Motors e a Chrysler, no fim do ano passado, como forma de dar sobrevida às duas montadoras, que enfrentam, junto com a também americana Ford Motors, a maior crise da história do setor nos EUA.

O relatório detalha também injeções de capital da Alemanha e da Suíça em favor de várias instituições financeiras, assim como a nacionalização de bancos na Áustria, na Inglaterra e na Islândia, a recapitalização e garantias de Estado concedidas a bancos da Bélgica, da França, da Holanda, da Eslovênia, da Espanha, da Finlândia, da Grécia, da Irlanda e de Luxemburgo, e de ajudas para resgatar bancos na Dinamarca e nos Estados Unidos.

O Brasil é mencionado "pela compra de participações no capital de bancos em dificuldades" e a Argentina, por um plano de 3,1 bilhões de pesos argentinos para estimular as vendas de automóveis e um regime de licenças não automáticas para peças de veículos automotivos, têxteis, televisores, brinquedos, calçados e artigos de couro.

O governo brasileiro está representado, no encontro, pelo subsecretário-geral de Assuntos Econômicos do Itamaraty, o embaixador Roberto Azevedo. A previsão, segundo o Itamaraty, é que o embaixador faria não só uma defesa do livre comércio, como também uma advertência para os riscos de novas medidas protecionistas pelos países signatários da OMC.

#### **Brasil ataca planos de países ricos em reunião da OMC - Jamil Chade – Estado de São Paulo – 10/02/2009**

A crise está abrindo novas frentes de tensão mundial. O Brasil declarou ontem aos 153 países da Organização Mundial do Comércio (OMC) que pode abrir disputas contra eventuais distorções causadas por pacotes de ajuda. Os Estados Unidos fazem consultas a governos que adotaram medidas para proteger a indústria e estão afetando produtos americanos. Enquanto isso, a União Europeia (UE) rejeita a acusação de que seus pacotes de socorro sejam protecionistas.

Ontem, a OMC fez a primeira reunião para debater o surgimento de medidas protecionistas diante da crise e da pressão interna por proteção. A entidade se comprometeu, de forma inédita, a monitorar o impacto de pacotes de ajuda. Mas o encontro serviu para mostrar que a crise promete causar enfrentamentos comerciais.

O Brasil alegou, como o Estado antecipou, que a principal ameaça hoje para o comércio não são as elevações de tarifas de importação criadas por países que tentam proteger a indústria. O Itamaraty aponta que o pior efeito é dos pacotes de socorro ao setor industrial, que criam benefícios para as empresas locais e distorções no comércio. Mais de US\$ 3 trilhões já foram usados em planos de relançamentos das economias em recessão, como Europa, Japão e Estados Unidos.

O governo brasileiro atacou frontalmente os pacotes, insinuando que são subsídios camuflados, que desequilibram a concorrência em setores como o automotivo, a agricultura e outros. "Um incentivo artificial em um país pode acabar em uma complicação para uma empresa em outro país", disse Roberto Azevedo, embaixador do Brasil na OMC.

"O Brasil está cuidadosamente avaliando as bases legais e o impacto comercial de muitas das medidas e se reserva todos seus direitos no sistema da OMC", afirmou ele. Em linguagem diplomática, isso significa que o Brasil não descarta abrir queixas se sentir que seus interesses estão sendo afetados.

Os europeus rejeitaram a tese. "Não acho que pacotes de relançamento são distorcivos ou podem ser vistos como subsídios ilegais", afirmou Phillip Gros, embaixador da França. "Ao propor esses pacotes, os governos não estão tentando distorcer o comércio, mas salvar suas indústrias. Esses pacotes existem porque alguns setores, como o financeiro, entraram em

colapso. Todos os governos vêm sofrendo pressões internas. Não é o momento de acusações."

Ekhart Gutt, embaixador da UE, alertou ainda que os planos de resgate lançados pelos países ricos vão acabar ajudando os emergentes, não criando distorções. Para ele, ao ser socorrida, a economia dos países ricos vai consumir mais e, portanto, vai voltar a importar mais dos países emergentes.

O Brasil rejeitou a versão dos europeus. "Podem dizer o que quiser, a verdade é que esses subsídios são distorcivos", afirmou Azevedo. "Quanto mais forte o Tesouro, maior o impacto comercial." Para o Itamaraty, os subsídios afetam o comércio em pelo menos dois aspectos: impedem que os produtos brasileiros possam competir de igual para igual nos mercados ricos contra a produção local subsidiada. Além disso, acabam permitindo que os exportadores dos países ricos pratiquem um dumping nos mercados emergentes.

Os Estados Unidos admitiram que as pressões protecionistas são fortes no país, mas alertaram que já podem contestar medidas de outros países. "O sistema comercial global será severamente testado durante a atual crise", afirmou David Shark, representante americano em Genebra.

#### **Na OMC, países questionam os pacotes de estímulo** – Assis Moreira – Valor Econômico - 10/02/2009

O Brasil deu o tom no ataque a subsídios embutidos nos programas de estímulo econômico de vários países desenvolvidos, que já somariam US\$ 3 trilhões, e a Organização Mundial do Comércio (OMC) decidiu que continuará a monitorar de perto as medidas que podem afetar as trocas globais. Na primeira sessão especial sobre a emergência do protecionismo no rastro da recessão global, cerca de 50 países se manifestaram, e a maioria acompanhou o Brasil na inquietação sobre os efeitos de planos de socorro a bancos, indústria automotiva, fabricantes de aço e de semicondutores, e que tendem a se propagar para outros setores mais rapidamente afetados pela queda na demanda global.

O sentimento generalizado é de que medidas de proteção estão aumentando em torno do mundo para defender empregos e indústrias localmente, o que é visto como um veneno a mais para piorar a situação econômica global.

Apesar da preocupação manifestadas por muitos países, no entanto, a avaliação do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, foi de que, até agora, "há evidências limitadas" de alta de restrições comerciais ou medidas distorcendo o comércio tomadas no contexto da crise financeira e econômica global. Ele, no entanto, deixou claro: "Meu sexto sentido é de que estamos ainda na fase inicial de respostas políticas em torno do mundo rumo à recessão econômica."

Para a OMC, os efeitos do protecionismo só começarão a surgir em seis meses, através do aumento de investigações antidumping ou contra subsídios, para frear importações com preços considerados deslealmente baixos, e de medidas "criativas" para frear importações.

Em seu primeiro informe sobre eventual emergência de protecionismo, a OMC detalhou vários pacotes de estímulo econômico, sinalizando que embutem uma forma insidiosa de protecionismo por favorecer os produtores domésticos e que países em desenvolvimento não são capazes de fazer por falta de recursos.

O informe lista também os bilionários planos de socorro aos bancos, alertando que eles também podem resultar em distorções à concorrência entre instituições financeiras. Até

agora, a OMC fez o monitoramento com base em artigos de jornais, mas espera, a partir de agora, detalhes por parte dos governos, se estes se dispuserem a informar.

Houve uma reviravolta no debate sobre protecionismo, com a maioria das delegações seguindo o tom do Brasil. O embaixador Roberto Azevedo destacou que o protecionismo no comércio não é apenas subir tarifas ou controlar importações, e inclui "qualquer forma de intervenção do governo que vai artificialmente em favor de empresas domésticas".

Ele advertiu que o "protecionismo é contagioso", e quando um setor recebe proteção especial ou suporte, outros logo pedem tratamento similar. "Pior ainda, ações adotadas por um governo não apenas inspiram outros governos, como virtualmente requerem ação por outros, em resposta direta a qualquer efeito negativo ou para evitar acusações de apatia ou incompetência", afirmou.

Azevedo observou que o protecionismo "propaga-se rapidamente através dos mercados nacional e internacional, tipicamente acompanhados por sentimentos de nacionalismo exacerbado", e que "é duro para ser revertido", porque quem conseguiu privilégios quer preservá-los. Ele usou como exemplo pacotes de estímulo econômico adotados por países desenvolvidos, com concessões, empréstimos, pagamentos diretos, capital etc, incluindo alguns que são receptores tradicionais de subsídios, como no setor agrícola.

"Os subsídios afetam duplamente, porque deslocam importações e turbinam exportações", afirmou Azevedo. O representante brasileiro manifestou preocupação igualmente com a falta de crédito para o comércio, que afeta duramente as exportações entre nações em desenvolvimento.

A delegação da Índia acrescentou que os US\$ 3 trilhões de diferentes pacotes significam dinheiro retirado do sistema financeiro global "e o impacto será forte no fluxo de recursos para os países em desenvolvimento".

A União Europeia reagiu argumentando que os pacotes de estímulo vão possibilitar depois a retomada de importações e portanto são bons para todo mundo. "Pode vender isso como quiser, mas é subsídio", retrucou Azevedo.

Um negociador saiu rindo, irônico, da sessão especial, dizendo que "só havia anjos na sala", porque todo mundo acha que não está praticando barreiras ao comércio dos parceiros. A Índia alegou que um aumento de tarifas na importação de aço, mencionado pela OMC, foi um mal entendido. "Tínhamos baixado a tarifa por causa da inflação, mas agora que não há inflação, subimos a tarifa ao nível de antes."

A China, por sua vez, explicou que seu pacote econômico, que oficialmente chegaria a US\$ 500 bilhões, destina-se a estimular o consumo interno e portanto é bom para o mundo. A Argentina reclamou que uma menção de que o Mercosul teria aprovado, sem aplicar, alta de 5% nas tarifas de vários produtos estava errada. E a Bolívia, Cuba e Venezuela reclamaram que o diretor da OMC não tinha mandato para fazer monitoramento de protecionismo.

Lamy prometeu que a entidade continuará a avaliar o impacto dos pacotes de estímulo sobre o comércio internacional, sem prejudicar se violam ou não as regras internacionais. Ou seja, o que a OMC concluir em seu informe não terá valor jurídico. Se algum país se sentir prejudicado por pacotes de outras nações, deve abrir uma disputa no órgão de solução de controvérsias.

Na sessão especial, o Brasil não acionou o mecanismo de disputa da entidade contra nenhuma medida protecionista, nem pediu que fosse criado um mecanismo de monitoramento contra o protecionismo, porque isso já existe. O que o país fez, depois de

listar temores contra o protecionismo, foi usar a expressão tradicional de que está avaliando as medidas e seu impacto comercial, e que reserva todos seus direitos na OMC.

### **França amplia polêmica do protecionismo** – O Globo – Capa – 10/02/2009

A França vai liberar pelo menos C 7,5 bilhões (US\$ 9,8 bi) às montadoras Renault e Peugeot Citroën. O pacote, que prevê congelamento das demissões, precisa ser aprovado pela Comissão Europeia e já levanta novas discussões sobre protecionismo.

Barack Obama obteve votos dos republicanos e deve aprovar hoje seu pacote no Senado. PRIMEIRO CADERNO - 10/02/2009

### **Socorro à francesa** - Deborah Berlinck – O Globo – Economia – 10/02/2009

Diante da perspectiva de ver todo um setor da economia afundar com a crise, o presidente francês Nicolas Sarkozy anunciou ontem um pacote de ao menos C 7,5 bilhões (US\$ 9,8 bilhões) para salvar a indústria automobilística, que emprega 10% da mão-de-obra do país. Mas exigiu uma contrapartida: as montadoras terão que manter suas fábricas na França e não mais demitir enquanto o empréstimo estiver vigente.

O anúncio provocou reações imediatas entre os parceiros na União Europeia. O presidente do bloco, o primeiro-ministro tcheco, Mirek Topolánek, convocou uma reunião extraordinária para o fim do mês para debater ações coordenadas contra a crise econômica e conter o que chamou de medidas protecionistas: — Ações protecionistas seletivas e declarações, entre elas a do presidente francês, Nicolas Sarkozy, me levaram a convocar essa cúpula extraordinária — disse o premier.

O pacote francês inclui empréstimos de C 6 bilhões para as montadoras Renault e PSA Peugeot Citroën (C 3 bilhões cada), além de C 500 milhões para a Renault Trucks — unidade de caminhões da fabricante francesa controlada pela sueca Volvo.

O crédito, que deverá ser usado para o desenvolvimento de veículos menos poluentes, será concedido por um período de cinco anos à taxa anual de 6%, em vez dos 11% a 12% aplicados pelos bancos. Além disso, o Estado francês vai injetar mais C1 bilhão nas financeiras de Renault e Peugeot.

No fim do ano passado, as montadoras dispensaram milhares de trabalhadores, diante do desmoronamento do mercado europeu — as vendas do setor caíram 7,9% em dezembro.

Em comunicado, a Renault disse que não pretende “implementar programas de reestruturação no país em 2009.” A Peugeot disse que não haverá fechamento de fábricas nos próximos cinco anos, mas só deu garantias de que não haverá demissões em 2009. Disse ainda que vai lançar nos próximos dois anos um ou dois modelos novos de carros nas cinco fábricas que tem na França

— Saúdo este compromisso porque ele assegurará que uma crise aguda, mas temporária, não destruirá uma parte de nossa base industrial — disse Sarkozy, ao sair de encontro com executivos do setor. — Não é um presente ou um subsídio. É um empréstimo.

BC francês prevê recessão em 2009

Ontem, o banco central francês disse que o país entrará em sua primeira recessão em 16 anos neste trimestre, com a expectativa de retração da economia de 0,6%. No quarto trimestre de 2008, houve contração de 1,1%.

Por mais que tentasse vender a ideia de que o pacote não é uma medida protecionista, o anúncio despertou fortes reações.

Temos que tomar cuidado para que não nos tornemos protecionistas ou os alemães só vão comprar carros alemães, os franceses só (os carros) franceses e os americanos (só vão comprar) o aço americano. Sabemos por outras crises que precisamos de mercados abertos — disse a chanceler alemã Angela Merkel, em Berlim.

A Comissão Europeia, por sua vez, disse que “terá de examinar cuidadosamente os detalhes dos subsídios, as condições para o compromisso com a ajuda governamental e as regras de mercado”, para verificar se o pacote não fere a concorrência. Ela terá que aprovar o plano antes de ele ser posto em prática. Em Genebra, o diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Pascal Lamy, disse que vai monitorar possíveis medidas protecionistas.

França e Alemanha enviaram ontem carta à presidência da UE, pedindo reunião para discutir a crise.

(\*) Com agências internacionais

**Brasil analisa medidas e pode ir à OMC** – Eliane Oliveira – O Globo – Economia – 10/02/2009

BRASÍLIA e SÃO PAULO. O chefe da delegação brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), embaixador Roberto Azevêdo, afirmou ontem que o Brasil está analisando uma a uma as medidas protecionistas adotadas por causa da crise financeira internacional e não hesitará em recorrer ao organismo contra elas. Ele disse isso em seu discurso na reunião com representantes dos países-membros da OMC em Genebra, na Suíça.

A posição brasileira foi similar à de outros 14 países, entre os quais Coreia do Sul, Tailândia, Turquia, Noruega, Chile e Colômbia. Já os europeus afirmaram que as medidas têm por objetivo promover a retomada do crescimento de suas economias.

Em seu discurso, Azevêdo não falou de medidas específicas, esclarecendo que não se trata de “caça às bruxas”. Indiretamente, porém, referiase ao “Compre América” — medida em votação no Senado americano, que exclui o aço brasileiro de projetos de infraestrutura — e ao abuso na concessão de financiamentos por países da União Europeia (UE), como a França.

— O protecionismo é contagioso.

Um setor recebe proteção especial e outros demandam o mesmo tratamento — advertiu. — O Brasil estará olhando a floresta, em vez das árvores.

Mas são o tipo e o tamanho das árvores que fazem a floresta.

Após o discurso, ao falar com O GLOBO por telefone, o embaixador esclareceu que o fato de não criticar uma medida específica não significa que o Brasil concorde com ela: — Não quer dizer que o Brasil abriu mão do recurso ao órgão de solução de controvérsias. Estamos olhando tudo, verificando a compatibilidade jurídica com as regras da OMC.

Para ele, o movimento protecionista atual vem acompanhado por um “nacionalismo exacerbado”, o que começou no fim de 2008, quando a crise financeira se agravou.

— O apoio dado às indústrias, com o suporte significativo dos bancos, também é uma forma de protecionismo — disse Azevêdo, que também defendeu a rápida conclusão da Rodada de Doha, em discussão há sete anos, para evitar “que o protecionismo se alastre”.

Ministro do Desenvolvimento monitora possível ‘dumping’ Já o ministro Miguel Jorge, do Desenvolvimento, disse ontem que o governo está monitorando de perto o volume das importações de produtos cuja oferta cresceu muito em razão da retração global, que poderiam chegar ao país a preços desleais (prática denominada dumping).

— Em alguns países, as exportações caíram muito mais que no Brasil, e estes precisarão, de alguma maneira, manter suas exportações em determinados níveis. E nós podemos ser um dos mercados escolhidos para esses produtos — afirmou.

O ministro disse ter sido alertado pelo Instituto Brasileiro de Siderurgia (IBS) sobre o risco de uma invasão do aço vindo da Ásia, cujas importações estão sendo monitoradas.

— Mas não notamos ainda nenhum aumento desses produtos — disse Miguel Jorge, acrescentando que, se for detectado “algum tipo de dumping”, o governo agirá prontamente.

Por enquanto, com a desvalorização do real frente ao dólar, as importações vêm recuando. Na primeira semana de fevereiro, as compras externas caíram 27,8% em relação ao mesmo período de 2008, enquanto as exportações diminuíram 18,7%. O desembolso com importados também registrou um decréscimo de 7,5% ante a primeira semana de janeiro. Já os embarques subiram 17,6% na mesma comparação.

Isso evitou que a balança comercial brasileira abrisse o mês de fevereiro com mais um déficit semanal.

Em oito dias, as exportações somaram US\$ 2,740 bilhões e as importações, US\$ 2,269 bilhões, com um superávit de US\$ 471 milhões.

COLABORARAM Ronaldo D’Ercole e Gustavo Paul COM CORTE DE IMPOSTOS, PRODUÇÃO DE VEÍCULOS QUASE DOBRA, na página 20



A expectativa era a de se ouvir o secretário do Tesouro, Timothy Geithner, anunciar as novas condições, mais rígidas, para o desembolso dos US\$ 350 bilhões que faltavam ser distribuídos do pacote de US\$ 700 bilhões aprovados no governo passado, para salvar bancos e instituições financeiras em geral. Mas ele surpreendeu a todos anunciando ontem uma injeção de capital muito maior no mercado: um total de US\$ 2 trilhões. E o objetivo, como ressaltou, deixaria de ser apenas o de proteger aquelas instituições, dando mais ênfase ao socorro “às empresas e famílias que dependem dos bancos”.

Com a aprovação no Senado, na tarde de ontem, de um pacote de estímulo econômico de US\$ 838 bilhões — a serem aplicados em infraestrutura, educação e criação de empregos — e que até este fim de semana deverá ser reconfirmado pela Câmara, onde o governo tem maioria absoluta, o presidente Barack Obama iniciaria o seu governo investindo um total de quase US\$ 3 trilhões para enfrentar a pior crise que o país já enfrentou desde a Grande Depressão, nos anos 30.

Geithner fez de tudo para garantir à população que, desta vez, o dinheiro público será empregado de forma efetiva e transparente. Além de um maior rigor na avaliação das instituições financeiras, para saber quais realmente necessitam da ajuda — e de quanto cada uma delas necessita — ele disse que todas as operações poderão ser acompanhadas por qualquer pessoa, através da internet.

Ou seja: além da prometida fiscalização mais incisiva de agências governamentais, os próprios contribuintes poderiam exercer uma vigilância direta.

— Acreditamos que o acesso (dos bancos) à ajuda pública é um privilégio, não um direito. Quando o nosso governo auxilia os bancos, isso não é para benefício deles: é para as empresas e famílias que dependem dos bancos, e em benefício do país — afirmou Geithner.

Ele não poupou críticas ao governo de George W. Bush, cuja primeira metade do pacote de US\$ 700 bilhões acabou sendo desperdiçada, uma vez que, em vez de colocar o dinheiro no mercado — reabrindo o acesso ao crédito —, os bancos beneficiados acabaram utilizando os fundos para adquirir outros bancos ou apenas reforçar o seu caixa.

Empréstimos podem ter até US\$ 1 tri Depois de dizer que as ações tomadas pelo então secretário do Tesouro, Henry Paulson, eram “absolutamente essenciais, mas foram inadequadas”, Geithner disse que elas não foram suficientemente abrangentes ou realizadas com a rapidez necessária para “resistir às pressões trazidas pela crise financeira”. Ele arrematou dizendo que aquela medida, na prática, acabou por aniquilar a confiança dos americanos no governo: — O espetáculo de enormes quantias de dinheiro dos contribuintes sendo fornecidas às mesmas instituições que ajudaram a causar essa crise, com limitada transparência e vigilância, aumentou a suspeita do público. Nosso desafio hoje é muito maior porque o povo americano perdeu a fé nos líderes de nossas instituições financeiras e estão céticos quanto a se o governo usou o dinheiro dos contribuintes em benefício deles.

Além de estabelecer regras mais rigorosas para a obtenção de dinheiro do governo, por parte das instituições em apuros, Geithner apresentou um programa de arquitetura complexa envolvendo quatro fontes específicas de financiamento. A primeira é composta dos US\$ 350 bilhões que faltavam ser desembolsados.

A segunda é a criação de um fundo conjunto do Tesouro e do Fed (o banco central americano), num total de US\$ 500 bilhões. A terceira é a expansão de um programa já existente no Fed (hoje de US\$ 200 bilhões) para até US\$ 1 trilhão — e que seria utilizada para compra de ativos com garantia em empréstimos para compra de carros, para liquidar dívidas com cartões de crédito, e pagamento de mensalidades escolares.

Os US\$ 250 bilhões restantes o governo pretende levantar no próprio mercado. Seriam aplicações privadas, para a compra (com garantia do governo) de papéis podres que estão nos cofres dos bancos. Elas seriam feitas pelo Fundo de Investimento Público-Privado, entidade já definida como “banco ruim”, a ser formada entre o Fed, a FDIC (agência federal que garante depósitos bancários) e o setor privado. Ela adquiriria títulos que os bancos hoje não conseguem vender, justamente porque valem muito pouco e não há garantia para um potencial comprador de que conseguirá negociá-lo mais adiante.

Ao comentar o assunto, o próprio Obama tocou na questão que ainda permanece como uma incógnita e que poderá resultar na necessidade de injetar ainda mais dinheiro na praça, dependendo da avaliação que o governo começará a fazer verificando os livros contábeis dos bancos: — Parte do problema, agora mesmo, é que ninguém sabe realmente o que está registrado nos livros dos bancos. Nenhum deles tem certeza de que tipo de prejuízo está anotado lá.

Nós precisamos abrir isso e restaurar alguma confiança — afirmou Obama.

‘Cometeremos erros’, diz Geithner O mercado reagiu mal. O índice Dow Jones teve uma queda de 4,62%; e o Standard & Poor’s caiu 4,91%. No Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) recuou 2,12%. O motivo, segundo analistas do setor, foi a falta de detalhes nos planos revelados por Geithner: — Continua sendo extremamente incerto como isso tudo será feito e como o Tesouro seduzirá investidores a fazer algo que eles vêm evitando desde o começo dessa crise — disse Tony Crescenzi, da Miller Tabak & Co.

Por sua vez, Axel Merk, responsável pelo portfólio de investimentos da Merk Funds, ponderou: — O que acontece é que simplesmente não há como avaliar esses bens (podres). O que vimos hoje é um pouco desanimador. Acho que o mercado esperava e merecia mais.

Antecipando-se às reações negativas, Geithner sugeriu, ao fim de seu anúncio, que correções deverão ser feitas pelo caminho, pois “estamos diante de um desafio mais complexo do que qualquer outro já enfrentado pelo sistema financeiro”. E arrematou: — Vamos ter de nos adaptar à medida em que as condições mudem.

Teremos que tentar coisas que jamais tentamos. Cometeremos erros. Atravessaremos períodos em que as coisas vão piorar e o progresso será irregular ou interrompido. Mas seremos guiados pelos princípios da transparência e da responsabilidade em prestar contas.

PACOTE DE OBAMA É APROVADO NO SENADO POR 61 VOTOS A 37, na página 20

O GLOBO NA INTERNET Especialista prevê divisão dos EUA em seis partes

**Democracia de votação deve ajudar em adesão a Mercosul, diz Amorim** – Folha de São Paulo – Mundo – 17/02/2009

O chanceler Celso Amorim destacou que o referendo que permitiu ao presidente Hugo Chávez disputar sucessivos mandatos foi "democrático e pacífico" e deve favorecer a decisão do Congresso pela entrada da Venezuela no Mercosul. A comissão brasileira no Parlamento do Mercosul se reúne amanhã para votar o parecer do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), pelo ingresso da Venezuela no bloco econômico. A tendência é de aprovação, com os votos contrários do DEM e do PSDB. Amorim fez duas analogias para defender a emenda constitucional na Venezuela. A primeira com os premiês Winston Churchill e Margaret Thatcher, que tiveram mandatos longevos no Parlamentarismo britânico: "Tem gente que acha que para eles podia, mas para presidentes não pode. Eu não acho".

A segunda foi com a República Velha no Brasil: "Os presidentes tinham quatro anos de mandato, sem reeleição, e o poder circulava entre certas elites. Aquilo era democrático?". Amorim, que participa de reuniões hoje em Brasília com o presidente da Colômbia, Alvaro Uribe -outro que aspira a um terceiro mandato, embora negue publicamente-, disse não acreditar que a decisão venezuelana possa "contaminar" a região: "Não seria natural. Tudo depende do grau de evolução do próprio país".

Para o chanceler, Chávez ganhou o direito de concorrer mais vezes, não o de se perpetuar no poder por imposição. "Em política, não há "para sempre", e ele [Chávez] não estabeleceu uma ditadura de 20 ou 30 anos. Tudo está sujeito a eleições, o que é democrático. A Venezuela vive uma democracia. Há presos políticos lá?" Quanto ao Brasil, o chanceler disse que cabe ao país "manter sua política de persuasão em alguns temas e continuar sendo um parceiro" da Venezuela. "Não interessa a ninguém um isolamento de qualquer país, e é importante a Venezuela deixar de ser um país de produto único [petróleo] para um mercado único [EUA]. Essa é a gênese do problema." Também para Marco Aurélio Garcia, assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, a vitória de Chávez não terá impacto na região e não significa que ele vai ficar indefinidamente no poder. "É normal, houve uma consulta democrática (...) Se ele vai ganhar ou não, daqui até 2012..."

**O Brasil deve ajudar o Paraguai?** – Heller Redo Barroso e Carlos Hugo Galli Hartveld – O Globo – Opinião – 17/02/2009

Há cerca de 150 anos o que se ouvia na Bacia Platina, palco da guerra mais sangrenta do continente americano, eram gritos de luta e dor. A Guerra do Paraguai (1864-1870) matou milhares de sul-americanos, desestabilizou a monarquia brasileira, reforçou o controle financeiro britânico e destruiu uma nação. Hoje, a paz sul-americana está novamente ameaçada. Lutas e revoltas sociais estão eclodindo no Paraguai. Conflitos políticos regionais parecem se aprofundar e representam um sério risco a milhares de brasileiros residentes.

A população paraguaia rural e urbana está se mobilizando, seja para conclamar a soberania de Itaipu, seja para tomar as terras dos brasiguaios.

Itaipu, cujo nome em Guaraní significa “pedras que cantam” (em referência às Cataratas do Iguapé), é a maior usina hidrelétrica do mundo.

Produz mais de 20% da energia consumida no Brasil e cerca de 90% da energia do Paraguai. No entanto, é imersa em controvérsias.

O povo paraguaio e seu presidente, Fernando Lugo, exigem a revisão do contrato assinado em 1973. Os jornais do país têm ajudado a fomentar a revolta ao publicar diariamente manchetes que expõem o que seriam as faces ocultas do contrato.

Segundo o jornal paraguaio “ABC Color”, o Brasil compra a energia que sobra do Paraguai por cerca de 2,70 dólares americanos por megawatt/hora (MW/h) e vende essa mesma energia no Brasil a US\$ 80 MW/h.

Os técnicos brasileiros alegam que o preço reduzido é pelos descontos da dívida paraguaia na construção da represa. O que se vê, no entanto, é uma dívida que em 1984 era de US\$ 14 milhões e chega hoje, 24 anos depois, a US\$ 19 milhões.

Uma das exigências mais fortes no Paraguai é que ele possa vender livremente a energia excedente. No entanto, o contrato assinado obriga o país a vender essa energia ao Brasil.

Isso o impede de barganhar um preço maior e aprisiona suas finanças nessa dívida.

O Brasil, líder do continente, por outro lado, vende essa mesma energia paraguaia à Argentina.

Nosso país, que já foi visto como irmão maior, hoje carrega o pesado apelido de “Império Bandeirante”.

A popularidade do presidente Lula não é mais suficiente para deter o nacionalismo e a xenofobia que se volta contra nós na cidade e no campo.

É no campo desse pequeno país, aliás, que se encontra a terceira maior população brasileira fora do Brasil.

Atrás apenas dos EUA e do Japão.

São mais de 500 mil imigrantes. Eles controlam 95% da produção da soja paraguaia que representa 42% das exportações. Eles enriqueceram e prosperaram. Essa riqueza concentrada, por outro lado, aumentou a cobiça das miseráveis populações camponesas. São massas de gente que pressionam pela reforma agrária e, principalmente, pela expulsão dos “invasores” brasileiros.

Será que, de fato, nos interessa o desenvolvimento dos nossos hermanos? Nossa balança comercial é superavitária com qualquer país da região.

Eles são o principal destino dos investimentos externos das nossas empresas. Nos encontramos em uma situação política e social muito delicada no centro do Mercosul. A união sul-americana está fragmentada.

Corremos o risco de nos tornarmos o novo alvo dos movimentos anti-imperialistas. O Itamaraty vai ter de escolher: cultivar a paz ou criar mais uma guerra; investir em infraestrutura e desenvolvimento social no país vizinho ou manter duros direitos. Somos mesmo o irmão maior? Se sim, temos de ajudar nossos hermanos.

**\*HELLER REDO BARROSO e CARLOS HUGO GALLI HARTVELD** são advogados.

BRASÍLIA. Os empresários brasileiros temem que o meio ambiente se transforme em pretexto para a adoção de novas barreiras protecionistas pelos países desenvolvidos. Segundo um documento que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) apresentará hoje em Copenhague, Dinamarca, na reunião do G-20 empresarial (grupo formado por empresários das 20 maiores economias do mundo), sinais emitidos, principalmente por americanos e europeus, são preocupantes. Os complexos da soja e da madeira, carne bovina e etanol são, a priori, os itens mais sensíveis nas exportações brasileiras. Juntos, representaram US\$ 28 bilhões em receitas no ano passado.

O Brasil também pode contestar na Organização Mundial do Comércio (OMC) a legalidade da cláusula “Compre América”, do pacote de estímulo econômico recém-aprovado nos EUA, disse ontem o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, em gravação de um programa da TV Brasil que vai ao ar esta semana.

A cláusula prevê que o aço e os produtos manufaturados usados em obras financiadas pelo plano devem ser comprados nos EUA.

— É uma análise legal complexa, mas nós estamos fazendo — disse Amorim. — (ir à OMC) é uma opção real.

Em relação às barreiras “verdes”, a preocupação dos empresários é quanto à tramitação atualmente no Congresso dos EUA de projetos prevendo sobretaxação de importações de países que não assumiram compromisso com metas de redução de emissões de gases poluentes.

O Brasil não tem qualquer tratado internacional deste tipo assinado, por se enquadrar na categoria de nações em desenvolvimento.

Ironicamente, os EUA estão entre os poucos que não assinaram o Protocolo de Quioto, que prevê metas de redução das emissões de gases até 2012.

Além disso, os empresários alertam que há preocupação com a imposição de barreiras a países com legislação menos rigorosa ou com desempenho ambiental “aquém do desejado”. A União Europeia também já indicou que pretende dificultar a entrada de produtos de países que gastam gás carbônico em excesso. Os europeus já formulam novas barreiras ao etanol brasileiro e veem na questão ambiental argumentos para impedir o ingresso de soja, madeira e carne bovina produzidas na Amazônia e no Cerrado.

— Mas todos os setores estariam ameaçados. Os europeus podem colocar barreiras para uma fruta porque ela foi transportada de avião — explicou o diretor-executivo da CNI, José Augusto Fernandes, que está em Copenhague.

Pelo documento, a indústria brasileira é responsável por apenas 8,8% das emissões do Brasil, enquanto 75% vêm do desmatamento.

Por outro lado, quando o assunto é a produção de energias renováveis, essa atividade tem uma participação de 14% na matriz energética brasileira. A meta da União Europeia é atingir 20% apenas em 2020.

— É preciso incentivar os países que investem em energias renováveis e derrubar as barreiras ao etanol brasileiro — disse Fernandes.

#### **Diplomatas defendem que tema seja tratado na OMC**

Segundo o diretor da CNI, a saída é combater o desmatamento.

Segundo o documento que será levado aos membros do G-20 empresarial, “o desmatamento é nossa principal fonte de emissão e isto conduz a que 60% das emissões tenham origem na Amazônia, onde se situam 7% do PIB (Produto Interno Bruto) do país”.

Fontes da área diplomática defendem que o tema seja regulamentado o mais rapidamente possível na OMC. Já o ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, garantiu que o governo tem feito o dever de casa: — Estão querendo colocar barreiras comerciais ao Brasil usando o pretexto ambiental. Não vamos deixar.

(\*) Com agências internacionais

**Obama defende o fim de subsídios agrícolas** – O Globo – Economia – José Meirelles  
Passos - 26/02/2009

WASHINGTON. O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, defendeu o fim dos “pagamentos diretos a grandes negócios agrícolas que não precisam deles”, em um aparente ataque aos subsídios que custam US\$ 5,2 bilhões por ano. Em um discurso ao Congresso, na noite de terça-feira, Obama afirmou que a Casa Branca identificou US\$ 2 trilhões em gastos considerados como desperdício e ineficazes, incluindo pagamentos diretos desnecessários a grandes fazendas.

— Neste orçamento, vamos... acabar com os pagamentos diretos a grandes negócios agrícolas que não precisam deles — disse, sem afirmar quanto seria economizado com a medida ou como ela seria estruturada.

Os subsídios dos EUA para as safras e produtos lácteos são estimados em US\$ 7,5 bilhões em 2009, sendo que dois terços são pagamentos diretos.

**Amorim pede confirmação de negociador de comércio**

A proposta de Obama dá eco a uma questão importante da campanha presidencial, mas propostas similares falharam outras vezes devido à oposição de legisladores ligados às questões agrícolas. Na semana passada, 11 grupos agrícolas já pediram contra qualquer corte ao apoio agrícola.

O ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, se encontrou ontem com a secretária de Estado, dos Estados Unidos, Hillary Clinton, mas não chegou a cobrar uma posição formal do governo americano em relação à aplicação da lei “Compre América” — exigência de se adquirir apenas aço e ferro produzidos nos EUA — nas obras de infraestrutura.

— Mencionei o “Compre América”, mas acho que não era um dia para aprofundar. A principal mensagem que dei nesse campo é a de que é muito importante que o governo americano dê prioridade à confirmação do seu representante comercial — disse ele, referindo-se ao novo chefe do Escritório de Comércio da Casa Branca (USTR, na sigla em inglês), Ron Kirk, indicado por Obama, que é o negociador do país de comércio internacional.

Segundo Amorim, a escolha é importante para que se discuta o tema medida por medida. Ele disse que o melhor para evitar atitudes protecionistas seria concluir a Rodada de Doha.

(\*) Com agências internacionais

**BERNANKE: BANCOS TERÃO SEIS MESES PARA BUSCAR CAPITAL PRIVADO, nas páginas 24 e 25**

**Obama pede fim dos subsídios agrícolas** – Gazeta Mercantil –Reuters e Fabiana Batista - 26/02/2009

O presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, pediu na terça-feira o fim dos "pagamentos diretos a grandes negócios agrícolas que não precisam deles", em um aparente ataque aos subsídios que custam US\$ 5,2 bilhões por ano. Em um discurso ao Congresso, Obama afirmou que a Casa Branca identificou US\$ 2 trilhões de dólares em gastos considerados como desperdício e ineficazes, incluindo pagamentos diretos desnecessários a grandes fazendas. "Neste orçamento, vamos acabar com os pagamentos diretos a grandes negócios agrícolas que não precisam deles", disse Obama, sem afirmar quanto seria economizado com a medida ou como ela seria estruturada.

A proposta dá eco a uma questão importante de sua campanha presidencial, mas propostas similares falharam em outras vezes devido à oposição de legisladores ligados às questões agrícolas. O presidente George W. Bush, por exemplo, defendia sem sucesso um teto anual de 250 mil dólares a todos os pagamentos por produtor.

Os representantes do grupo agrícola disseram que Obama aparentemente se referia a um subsídio conhecido como pagamentos diretos que foi criado em 2002 e é dado independente dos preços das safras ou dos lucros agrícolas. Mas eles destacaram que pagamentos diretos são um termo que significa todos os tipos de apoio federal feitos em dinheiro. Os subsídios dos EUA para as safras e produtos lácteos são estimados em US\$ 7,5 bilhões em 2009, sendo que dois terços são pagamentos diretos.

Onze grupos agrícolas escreveram na semana passada para o Secretário da Agricultura, Tom Vilsack, argumentando contra qualquer corte ao apoio agrícola e em particular aos pagamentos diretos. Eles dizem que os pagamentos diretos "são o único componente da rede de segurança agrícola que atualmente ajuda todos os produtores" a lidar com os altos custos de produção e com a queda dos preços desde as altas recordes atingidas no ano passado.

O pagamento direto é uma entre as duas modalidades de subsídios dados aos agricultores americanos, conforme explica André Nassar, diretor-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações (Icône). "Esse pagamento é desconectado do mercado, ou seja, o produtor recebe independentemente de os preços estarem baixos. Se no Brasil os produtores também recebessem esse tipo de subsídio, o nível de endividamento da agricultura brasileira não existiria", explica Nassar.

Apesar de considerar a intenção de Obama bem-vinda, Nassar não acredita que ela será, de fato, implementada. Isso porque, segundo o especialista do Icône, a economia seria pequena, se comparada ao "tamanho da briga". Ele detalha que esses subsídios diretos representam em torno de US\$ 5,2 bilhões por ano e, reduzindo o valor máximo (teto) por fazenda, a economia não seria de 100%. "Assim, mesmo que se reduza drasticamente em 40%, a economia seria de US\$ 2 bilhões, considerada pequena, perto do desperdício de US\$ 2 trilhões já identificados em todos o governo. Assim, a avaliação é de que a briga é muito grande contra os lobistas no congresso diante de uma economia relativamente pequena diante de todos os outros gastos", detalha Nassar.

Antes de entrar em vigor, a proposta teria que passar por aprovação do Congresso americano, o que deve ser uma negociação difícil, segundo Nassar.

## **Exportações brasileiras ganham com a medida** – O Globo – Economia – Bruno Villas Boas e Eduardo Rodrigues – 26/02/2009

RIO e BRASÍLIA. A promessa do presidente americano Barack Obama de reduzir subsídios a grandes produtores agrícolas dos EUA foi bem recebida ontem por exportadores brasileiros, após o fracasso da Rodada de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2008.

Especialistas aguardam agora mais detalhes do tamanho do corte e dos produtos envolvidos pela medida para avaliar como as exportações brasileiras serão beneficiadas.

O vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, lembra que entre os produtos americanos mais subsidiados estão carne, milho, soja, algodão e suco de laranja. Os Brasil concorre com os EUA nesses produtos em mercados como África, Ásia e Europa.

— Os produtos americanos ficarão menos competitivos nesses mercados e abrirão espaço para a agricultura brasileira. Mas precisamos aguardar e ver onde exatamente eles vão cortar.

A presidente da Confederação Nacional da Agricultura, Kátia Abreu, diz que a medida pode aumentar as exportações brasileiras aos EUA, mas não fez estimativas. O país recebeu 8,5% dos US\$ 71,9 bilhões exportados pelo Brasil em produtos agrícolas no ano passado.

— Mas como os EUA representam pouco das nossas exportações agrícolas, a alta não será muito significativa. Nosso ganho será em outros mercados que disputamos com eles.

### **Importados mais baratos ajudam balança comercial**

A queda nos preços dos importados tem auxiliado a recuperação da balança comercial brasileira em fevereiro, após o déficit de US\$ 518 milhões em janeiro, o primeiro desde abril de 2001. Segundo o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), os preços de produtos manufaturados (maior parcela das importações brasileiras) começaram a ceder mais fortemente neste mês, após a baixa dos estoques de matérias-primas nas indústrias. Até a metade do mês, o superávit acumulava US\$ 698 milhões, sinalizando reequilíbrio de preços no comércio internacional.

— Nossa pauta ainda depende muito das commodities, cujos preços caíram rapidamente com a crise. O problema é que o repasse desses custos para os bens industrializados que o Brasil importa é diluído na cadeia de produção e leva alguns meses para impactar a balança — explica Júlio Gomes de Almeida, economista da Unicamp.

O Globo <http://www1.oglobodigital.com.br/flip/tools/flipPrint/printMateria.php?i...>

## **Comércio bilateral tem forte queda** – Valor econômico – Brasil - 26/02/2009

O forte declínio do comércio com o Brasil (51% nas exportações e 54% nas importações) no primeiro mês de 2009 fez com que o Mercosul perdesse posição como principal sócio comercial da Argentina para a União Europeia (UE). Enquanto o comércio da Argentina com o bloco Brasil-Paraguai-Uruguai somou US\$ 723 milhões, o volume negociado com a UE totalizou US\$ 732 milhões, ainda que as exportações para os europeus tenham registrado contração de 28%. A análise é da consultoria Abeceb.com e foi feita com base nas estatísticas de janeiro, divulgadas pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina.



Para Maurício Claveri, analista de comércio exterior da Abeceb, a queda do fluxo comercial está gerando o protecionismo não só entre Brasil e Argentina, mas em quase todos os países. "Há um nível de conflito mais alto, que tem a ver com a crise internacional."

No caso de Brasil e Argentina, o economista acha que "os governos vão encontrar uma maneira de contornar a situação", fazendo prevalecer o aspecto político da união aduaneira. No entanto, ele acha que a Argentina vai se apoiar cada vez mais no déficit de sua balança comercial com o Brasil, que já dura 70 meses consecutivos e ultrapassa US\$ 4 bilhões. (JR)

### **Firme apelo contra o protecionismo**– Jornal do Brasil – editorial - 26/02/2009

Do encontro de 40 minutos que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manteve quarta-feira com a secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, em Washington, uma mensagem sobressaiu mais que as fotos e os apertos de mãos protocolares. O Brasil deixou claro seu repúdio às medidas protecionistas embutidas no plano Buy American, parte integrante do pacote econômico do presidente americano Barack Obama e que dá preferência ao mercado interno nas compras governamentais. No mesmo tom, o chanceler brasileiro lembrou que, enquanto os Estados Unidos não clarearem os contornos de sua política para o comércio, qualquer negociação no setor fica em compasso de espera. Ocorre que desde o estouro da crise financeira internacional, todas as nações tentaram, cada uma a seu modo, adotar medidas destinadas a reduzir ao mínimo o impacto da tormenta global. Com maior ou menor abrangência, tais

medidas visam à proteção de indústrias e trabalhadores locais e incluem, disfarçadamente, um novo modelo de protecionismo, mais brando, mas não menos danoso à economia globalizada a qual o mundo pratica neste século 21.

O pacote de estímulo econômico recém-aprovado no Congresso americano talvez seja um exemplo extremo, pois contém uma cláusula claramente protecionista exigindo que todo o ferro, aço e produtos manufaturados usados em projetos do pacote sejam "made in USA". A pedido do presidente Barack Obama (e depois da chiadeira da comunidade internacional), a medida foi suavizada. Criou-se uma

ressalva, determinando que o plano "seja aplicado de maneira consistente com as obrigações dos Estados Unidos sob acordos internacionais". Com isso, os EUA terão de abrir o pacote para os países signatários do Acordo de Compras Governamentais, como Canadá e União Europeia, e para o México, que faz parte do Nafta. O Brasil, que não é signatário do acordo, continua de fora e bem como os

outros integrantes do Bric: Rússia, China e Índia. Para tornar as coisas ainda mais complicadas, o representante de Comércio Exterior dos EUA, encarregado das negociações do setor, embora já tenha sido escolhido (trata-se do ex-prefeito de Dallas, Ron Kirk), não teve o nome confirmado pelo Senado. O secretário de Comércio, Gary Locke, só foi anunciado esta semana, depois de dois nomes que não se confirmaram. Portanto, mais de um mês após a posse de Obama, a área comercial da maior potência mundial está sem coordenação.

Isso não impediu que o chanceler brasileiro, na reunião com Hillary, reclamasse da tal emenda protecionista e alertasse a colega de que "é preciso defender empregos sem prejudicar outros países". Na correta avaliação do ministro, há de se encontrar maneiras de defender o trabalhador nacional sem criar problemas para outras nações e caso

contrário, o problema retorna, do mesmo modo, para o autor da ação. Uma lição que parece já ter sido percebida por Washington – pelo menos no agrobusiness. A proposta de orçamento apresentada ontem por Obama inclui redução dos subsídios agrícolas (portanto, menos protecionismo). Conforme já sublinhado neste espaço, ação e retórica informam que a escalada do neoprotecionismo deve ser detida o quanto antes.

**Brasil mantém retaliação** - Jamil Chade e Andrea Vialli, Genebra – Estado de São Paulo – 26/02/2009

País vai à OMC, apesar do corte de subsídios nos EUA

O anúncio do plano do governo de Barack Obama de cortar subsídios aos produtores de algodão não vai mudar a estratégia do Brasil de, na segunda-feira, pedir à Organização Mundial do Comércio (OMC) o direito de retaliar os Estados Unidos em US\$ 2,6 bilhões pelas distorções já causadas por essa ajuda.

O Brasil ainda é cauteloso sobre o impacto da medida nas negociações da Rodada Doha. Já os produtores brasileiros de algodão duvidam da disposição política do Brasil em adotar sanções contra os americanos.

O governo americano afirmou que pretende economizar US\$ 9,8 bilhões nos próximos dez anos com o fim dos pagamentos diretos para grandes produtores que tenham receita com vendas superior a US\$ 500 mil. No caso do algodão, Obama propõe o fim dos subsídios para cobrir custos de estocagem, o que economizaria US\$ 570 milhões em dez anos.

Para Haroldo Cunha, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), o corte prometido é insuficiente. "É muito pouco para dez anos", afirma. Segundo ele, os EUA pagam em torno de US\$ 4 bilhões por ano em subsídios ao algodão. "Seríamos beneficiados se os americanos cortassem metade desse valor."

No dia 2 de março, as delegações do Brasil e Estados Unidos se apresentam perante árbitros internacionais, que avaliarão as demandas dos dois países em relação ao algodão. "O anúncio não muda nada (no processo na OMC)", garantiu Roberto Azevedo, embaixador do Brasil em Genebra.

A disputa já dura sete anos e é uma das mais longas já levadas à OMC. O Brasil ganhou em todas as instâncias, mas até hoje os americanos não retiraram os subsídios. Empresários revelaram ao Estado que vão propor um encontro com o chanceler Celso Amorim, na semana que vem, para debater de que forma o Brasil poderá tirar vantagem da vitória.

O Itamaraty alegará que os prejuízos chegaram a US\$ 2,6 bilhões. Quatro anos atrás, o valor era de US\$ 4 bilhões. Os árbitros terão até abril para indicar se o valor apresentado pelo Brasil está de acordo com o prejuízo dos exportadores brasileiros.

Mas empresários duvidam que o governo vá retaliar Obama. Defendem a negociação para que a Casa Branca aceite abrir seu mercado têxtil com forma de compensação ao Brasil.

Para diplomatas brasileiros, o anúncio de Obama é "positivo", mas insuficiente para a conclusão de Doha. Pelos cálculos dos diplomatas, o corte anunciado afetaria só 5% das fazendas americanas. Obama não teria problemas políticos para retirar os subsídios ao algodão, já que não ganhou nas regiões produtoras. Mas o lobby do algodão prepara uma resposta dura ao anúncio.

## **Orçamento inclui corte de subsídio agrícola - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – 26/02/2009**

O orçamento proposto pelo presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, prevê a eliminação gradual de US\$ 9,8 bilhões nos pagamentos diretos para agricultores com renda anual de mais de US\$ 500 mil. O corte, no entanto, atinge apenas subsídios que distorcem menos, e são mais fáceis de cortar, explicam especialistas.

Os pagamentos diretos, quando ligados ao volume de produção das fazendas, estão entre os subsídios agrícolas que mais distorcem, porque estimulam a superprodução e consequente queda de preços no mundo.

"Esses subsídios cujo corte está previsto no orçamento não são ligados à produção, então não distorcem tanto; mas, mesmo assim, é positivo que sejam reduzidos, porque provocam alguma distorção nos preços", explica Saulo Nogueira, pesquisador sênior do Icone.

No total, o orçamento prevê corte de US\$ 16 bilhões nos programas de ajuda a agricultores entre 2010 e 2019. A proposta de Obama reduziria pagamentos diretos aos maiores agricultores (corte de US\$ 9,8 bilhões), diminuiria os subsídios ao seguro de safra (US\$ 5,2 bilhões), eliminaria créditos para armazenamento de algodão (US\$ 570 milhões), reformaria programas de acesso a mercado (corte de US\$ 358 milhões) e de pagamentos para agricultores de alta renda (US\$ 126 milhões).

"Os atuais níveis de subsídios estão acima do que é necessário para encorajar a participação dos agricultores e não constituem um bom negócio para o contribuinte", diz a proposta de orçamento. A expectativa, porém, é de que enfrente oposição ferrenha da bancada agrícola no Congresso, que precisa aprovar o orçamento.

Tanto republicanos quanto democratas da bancada agrícola já se manifestaram contra a proposta de eliminação de parte dos subsídios agrícolas. O senador democrata Max Baucus afirmou que vai lutar para proteger a agricultura familiar.

O senador republicano Saxby Chambliss foi além. "Vou me opor fortemente às tentativas de cortar os pagamentos diretos e outras mudanças na política agrícola", disse.

### **PEQUENOS PRODUTORES**

Em contrapartida, o orçamento de Obama procura manter os subsídios para os pequenos produtores e para famílias rurais. Além disso, pagamentos federais para custos de armazenamento de algodão serão eliminados sob o plano de orçamento.

Segundo a administração, o algodão "é a única commodity para a qual é oferecida tal assistência", e o programa provavelmente mantém o algodão fora do mercado, já que produtores podem estocá-lo por mais tempo do que o necessário.

### **NÚMEROS**

US\$ 16 bilhões

É o corte previsto pelo orçamento nos programas de ajuda a agricultores norte-americanos entre 2010 e 2019

US\$ 9,8 bilhões

É o corte proposto nos pagamentos diretos aos maiores agricultores

US\$ 5,2 bilhões

É a redução proposta nos subsídios ao seguro de safra

US\$ 570 milhões

É o valor eliminado para armazenamento de algodão

## **Amorim pede a Hillary menos protecionismo – Valor Econômico – Brasil - 26/02/2009**

No primeiro encontro entre dois membros do ministério de Luiz Inácio Lula da Silva e Barack Obama, o ministro das Relações Exteriores brasileiro, Celso Amorim, reclamou de emenda protecionista recém-aprovada pelo Congresso dos Estados Unidos para sua colega americana, a secretária de Estado Hillary Clinton. "Eu disse que é preciso que nós encontremos uma maneira de defendermos o emprego nos nossos países sem criarmos problema de emprego para os outros países, porque, se não, o problema volta para nós", disse Amorim.

Segundo ele, Hillary tomou notas e sua reação foi "positiva". Em público, ao posar para fotos ao lado de Amorim, a chanceler norte-americana disse apenas o protocolar "nossos países têm um conjunto grande de oportunidades e responsabilidades".

Na semana retrasada, Obama assinou medida de estímulo à economia que inclui a cláusula "Buy American" (compre produtos americanos, em tradução livre), que prevê que obras de infraestrutura que recebam dinheiro do pacote de US\$ 787 bilhões usem ferro, aço e manufaturados nacionais ou de parceiros de tratados comerciais, o que exclui o Brasil.

A versão aprovada foi amenizada depois de reclamações da comunidade internacional. Ainda assim, o assunto ocupou parte da conversa dos dois diplomatas, que durou cerca de 40 minutos, segundo Amorim, que definiu o encontro como amistoso, espontâneo e franco. "Não gosto de usar a palavra franco, porque dá a impressão de um encontro cheio de críticas e reclamações, e não houve isso."

Amorim pediu a aprovação rápida do secretário especial de Comércio Exterior (USTR, na sigla em inglês), já apontado por Obama, mas ainda não confirmado pelo Senado. "A principal mensagem que eu dei nesse campo é que é muito importante que o governo americano dê prioridade à confirmação", disse. Seu titular é Ron Kirk, ex-prefeito de Dallas. Amorim aproveitou para pedir a retomada da Rodada Doha, negociação de liberação do comércio internacional emperrada há anos e que já havia sido citada em conversa telefônica entre Obama e Lula.

**Coordenador**  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

**Assistentes de Pesquisa**  
Karina Kato e Silvia Zimmermann

**Secretária**  
Diva de Faria

**op**  
**pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** **Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro**

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

**Apoio**



**actionaid**



**IICA**

**nead**

Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

